

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANNA ISABELA RINGVELSKI COSTA

A ARTE E A CULTURA COMO INSTRUMENTOS EMANCIPATÓRIOS NAS AÇÕES
DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA/PR JUNTO ÀS
JUVENTUDES

PONTA GROSSA

2022

ANNA ISABELA RINGVELSKI COSTA

A ARTE E A CULTURA COMO INSTRUMENTOS EMANCIPATÓRIOS NAS AÇÕES
DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA/PR JUNTO ÀS
JUVENTUDES

Monografia apresentada para obtenção de título
de Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Estadual de Ponta Grossa

Orientadora: professora doutora Danuta Estrufika
Cantoia Luiz

PONTA GROSSA

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Departamento de Serviço Social
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

ATA DE AVALIAÇÃO DE TCC

Aos dezessete dias do mês de março de 2022, via plataforma meet google, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas professoras dra Danuta Estrufika Cantoia Luiz (presidente – orientador), dra Cleide Lavoratti e dra Bárbara Cristina Kruse (Membros), para análise do Trabalho de Conclusão de Curso sob o título: A ARTE E A CULTURA COMO INSTRUMENTOS EMANCIPATÓRIOS NAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA/PR JUNTO ÀS JUVENTUDES, elaborado por ANNA ISABELA RINGVELSKI COSTA, concluinte do Curso de Serviço Social. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, argüido(a) pelos integrantes da Banca. Após os procedimentos de avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

Presidente Danuta Estrufika Cantoia Luiz Nota: 10,0

Membro Cleide Lavoratti Nota: 10,0

Membro Bárbara Cristina Kruse Nota: 10,0

O trabalho foi considerado aprovado, com nota final 10,0 (dez inteiros). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Ponta Grossa, 17 de março de 2022.



PRESIDENTE



MEMBRO


MEMBRO

Observações: Aprovada com nota 10,0 com louvor.

E VAMOS À LUTA

*Eu acredito
É na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão
Eu ponho fé
É na fé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão
Eu vou à luta
É com essa juventude
Que não corre da raia
À troco de nada
Eu vou no bloco
Dessa mocidade
Que não tá na saudade
E constrói
A manhã desejada [...]*

Gonzaguinha, 1980

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Sandra e João pelo suporte, amor, incentivo e por tornarem possível meu ingresso e permanência na Universidade durante esses quatros anos de graduação.

À professora Danuta, a qual carrego tanta admiração e inspiração, pela oportunidade de ser sua orientanda, de aprender tanto com seus ensinamentos durante esse período e por todo o carinho, paciência e companheirismo.

Ao Gabriel por sempre acreditar em mim.

À Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa/PR e seus profissionais por possibilitarem esse estudo.

RESUMO

Esta monografia teve como principal problematização analisar se a cultura e arte se constituem em instrumentos emancipatórios para as juventudes. Para tanto, norteou-se através do objetivo geral de refletir sobre a dimensão das iniciativas promovidas pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) do município de Ponta Grossa/PR junto ao público juvenil. Buscou também: sistematizar fundamentos teóricos sobre as categorias que cercam a pesquisa; mapear os programas culturais e artísticos ofertados pela FMC, com vistas a identificar se há algum voltado especificamente para a juventude; identificar elementos que caracterizem um perfil dos programas e projetos ofertados pela instituição; identificar junto aos profissionais da Fundação as suas perspectivas sobre juventude, arte e cultura; e analisar os principais desafios enfrentados pela equipe de profissionais na execução dos programas e projetos. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva e com uso de metodologia bibliográfica e documental. E para a aproximação do campo de pesquisa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas aos profissionais responsáveis pela coordenação dos setores/departamentos da FMC que possuem ações culturais voltadas para a comunidade, da qual foram analisadas por meio de análise de conteúdo. Enquanto principais resultados, viu-se que a arte e a cultura também podem ser bandeiras de luta e símbolos de resistência, além de se frisar a magnitude de se reconhecer as inúmeras potencialidades que as juventudes carregam e podem carregar e a importância da formulação de políticas públicas culturais para o segmento juvenil.

Palavras-chave: Arte e cultura. Instrumentos emancipatórios. Juventudes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura do Ministério do Turismo	29
Figura 2 - Estrutura da Secretaria Especial de Cultura	30
Figura 3 - Composição do Sistema Municipal de Cultura de Ponta Grossa/PR	39
Figura 4 - Setores da FMC participantes da pesquisa	47
Figura 5 - Cronograma de atividades do Comboio da Cultura para o mês de setembro e outubro de 2021	51
Figura 6 - Nuvem de palavras sobre a caracterização das ações da Fundação Municipal de Cultura	55
Figura 7 - Gráfico do orçamento destinado para Cultura no Brasil entre 2010 a agosto de 2021	64
Quadro 1 - Elementos norteadores do presente estudo	3
Quadro 2 - Linha do tempo das políticas culturais no Brasil	23
Quadro 3 - Grupos culturais vinculados à Fundação Municipal de Cultura	45
Quadro 4 - Das concepções de arte e cultura dos entrevistados	56
Quadro 5 - As juventudes e a cultura na perspectiva dos entrevistados	59
Quadro 6 - Ampliação das perspectivas de trabalho da Fundação Municipal de Cultura	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Monitoramento dos indicadores referentes à meta 47 do Plano Nacional de Cultura (ano de 2019) 35

Tabela 2 - Público alvo do Programa Cultura Viva: eixo Pontos de Cultura 36

GLOSSÁRIO

ANCINE - Agência Nacional do Cinema

CENSES - Centros de Socioeducação

CEPHA - Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná

CMJ - Conselho Municipal da Juventude

CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural

CNPC - Conselho Nacional de Política Cultural

CONCINE - Conselho Nacional de Cinema

CONSEC - Conselho Estadual de Cultura

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EFAPI - Espaço Cultural de Exposição de Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Ponta Grossa

FLICAMPOS - Festival Literário dos Campos Gerais

FMC - Fundação Municipal de Cultura

FNC - Fundo Nacional de Cultura

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JMJ - Jornada Mundial da Juventude

MinC - Ministério da Cultura

NEPIA - Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a Infância e Adolescência

PEC-PR - Plano Estadual de Cultura

PELLL - Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura

PMC - Plano Municipal de Cultura

PNC - Plano Nacional de Cultura

PROFICE - Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

SEC-PR - Sistema Estadual de Cultura

SECC - Secretaria da Comunicação Social e da Cultura

SECULT - Secretaria Especial de Cultura

SMC - Sistema Municipal de Cultura

SNC - Sistema Nacional de Cultura

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	6
1.1 A CULTURA E A ARTE COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA VIDA SOCIAL	6
1.2 ALGUMAS NOTAS REFLEXIVAS SOBRE EMANCIPAÇÃO	13
1.3 AS JUVENTUDES E SUAS POTENCIALIDADES EM UMA SOCIEDADE CONTRADITÓRIA	15
CAPÍTULO 2	23
2.1 POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: DA ERA COLONIAL À ATUALIDADE	23
2.1.1 Políticas culturais no governo do Paraná	31
2.1.1.1 Secretaria da Comunicação Social e da Cultura (SECC)	31
2.1.1.2 Sistema Estadual de Cultura do Paraná (SEC-PR)	31
2.1.1.3 Conselhos de Cultura do Paraná	32
2.1.1.4 Plano Estadual de Cultura (PEC-PR)	32
2.1.1.5 Programas e projetos estaduais de cultura no Paraná	33
2.1.2 POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS JUVENTUDES NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS	34
CAPÍTULO 3	38
3.1 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)	38
3.1.1 Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)	40
3.1.2 Conferência Municipal de Cultura	41
3.1.3 Plano Municipal de Cultura (PMC)	42
3.2 APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: CONHECENDO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA (FMC)	44
3.2.1 Percurso metodológico da pesquisa de campo	47
3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE	48
3.3.1 Caracterização das ações promovidas pela Fundação Municipal de Cultura	48

3.3.2 Das concepções da relação: arte, cultura e juventudes	56
3.3.3 Os desafios do trabalho com a arte e a cultura	63
3.3.4 Ampliação das perspectivas de trabalho da Fundação Municipal de Cultura	69
3.3.5 O espaço de trabalho da Fundação e a articulação com as juventudes	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

A desconstrução e a visão crítica para com os fenômenos da sociedade nos são postos logo no início da graduação em Serviço Social. E durante esses quatro anos, um dos fatores que influenciaram a escolha por este objeto de pesquisa foi o trabalho de territorialização realizado para a disciplina de Instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social II em 2019, pois mapear uma comunidade e entendê-la em seu sentido geográfico, histórico, de infraestrutura e também sob o olhar de seus moradores (através de entrevistas e questionários) incrementou essa visão crítica perante o cenário social. Não somente isso, mas trouxe o despertar sobre o essencial papel das políticas públicas bem como a garantia de seu acesso e qualidade de oferta dos serviços, programas e projetos sociais à população.

E pela afinidade com o tema da arte e da cultura por aspiração, o que se observou durante a realização deste trabalho é que, da comunidade mapeada, pouco ou quase nada se viu de programas/projetos/ações culturais ofertados aos seus moradores. Tratava-se de uma vila afastada, longe de escolas públicas e contando com apenas uma pequena praça com alguns bancos como espaço de convívio, além de ser relatada como perigosa por aqueles que nos concederam entrevista. Desta forma, umas das reflexões pessoais feitas foi sobre como a arte e a cultura podem ser consideradas como potenciais contribuintes para a transformação social nesta comunidade, de formulação do pensamento crítico, e que podem colaborar com a construção da cidadania e do sentimento de pertencimento ao local em que vivem, assim como para o fortalecimento de laços.

Já o recorte sobre o segmento juvenil nesta pesquisa se deu em razão do estágio supervisionado da acadêmica no Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a Infância e Adolescência (NEPIA), que se caracteriza como um campo de formação na área infantojuvenil, responsável pela realização de estudos, capacitações, extensão e assessoria a entidades e profissionais que atuam no enfrentamento às violências contra este público e na promoção de seus direitos. Em suma, aqui juntou-se a aspiração pelo assunto arte e cultura com a aproximação à temática juvenil através do estágio supervisionado.

Um ponto neste trabalho que cabe uma breve explicação introdutória é o uso da palavra juventudes no plural. Explicamos com mais afinco esta escolha no decorrer do primeiro capítulo, mas para sanar possíveis dúvidas iniciais,

destacamos que partimos do pressuposto nesta pesquisa de que existe uma vasta diversidade de vivências presente no termo, sendo desafiante buscar unanimidade entre o '*o que é ser jovem*'. Pode-se perguntar: de qual juventude estamos falando? Juventude negra? Juventude que trabalha? Juventude artista? Juventude LGBTQI+? Juventude da periferia? Por isso, o termo no plural: juventudes.

Dado isso, este trabalho pretende refletir sobre a dimensão da arte e da cultura enquanto instrumento emancipatório junto aos programas/projetos/ações, em especial ao público juvenil, na Fundação Municipal de Cultura (FMC) do município de Ponta Grossa/PR. Tão logo, aqui buscamos: sistematizar fundamentos teóricos sobre as categorias cultura, arte, juventudes e emancipação; mapear os programas culturais e artísticos ofertados pela FMC; identificar elementos que caracterizem um perfil dos programas e projetos ofertados da referida instituição; investigar se a cultura e arte podem se constituir em instrumentos emancipatórios junto ao público juvenil; identificar junto aos profissionais as suas perspectivas sobre as juventudes, arte e cultura e, por fim, analisar os principais desafios enfrentados pela equipe que compõe a FMC na execução dos programas, projetos e ações.

A Fundação Municipal de Cultura foi escolhida como campo de pesquisa por se tratar do órgão responsável em planejar, promover, coordenar, executar e acompanhar as ações culturais do Poder Público Municipal no âmbito das manifestações artístico-culturais dos mais diversos segmentos presentes na sociedade, competindo-lhe, desta forma, a formulação da política cultural do município (PONTA GROSSA, 2013).

A partir dessas considerações, aqui assinala-se, portanto, que o campo de pesquisa é a Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa e, como sujeitos participantes, se delimitou a partir de critérios os cinco responsáveis pela coordenação dos setores que compõem a FMC, os quais são considerados como sujeitos significativos para responder as questões que movem esta pesquisa¹.

Nesta introdução também cabe um adendo: durante a construção do projeto de pesquisa da presente monografia, assim como todo o período do ano de 2021 (em que se realizou a pesquisa bibliográfica, documental, a construção dos capítulos, entrevistas e a análise de conteúdo), a instituição pesquisada ainda carregava o título de Fundação Municipal de Cultura. Contudo, a partir do ano de

¹ Os procedimentos de seleção da amostra/sujeitos de pesquisa estão apresentados de forma mais detalhada no capítulo 3.

2022, a entidade adquiriu o título de Secretaria Municipal de Cultura. A fim de não causar maiores confusões, durante todo o decorrer deste trabalho continuaremos a referi-la enquanto Fundação, destacando aqui que julgamos pertinente pontuar essa recente mudança de denominação.

Pontuamos que este estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Consultando Minayo (2001), a pesquisa qualitativa tem seu papel de resposta a questões muito particulares. Nas ciências sociais, em especial, a mesma se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado ou reduzido à operacionalização de variáveis, partindo para o mundo dos significados, valores, crenças, motivos e atitudes. Isto é, "[...] a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" (MINAYO, 2001, p. 43).

Quanto à pesquisa exploratória, aqui parte-se da perspectiva de que esta otimiza as potencialidades do presente estudo. Triviños (1987) pontua que essa etapa da pesquisa permite a quem investiga o aumento de sua experiência sobre determinado problema. Logo, o pesquisador aprofunda o seu estudo sobre uma realidade específica, buscando maior conhecimento para, em sequência, planejar uma pesquisa descritiva ou experimental. Portanto, a fim de preparo a nível de domínio teórico (OLIVEIRA JR et al, 2012), o estudo exploratório abarcou consigo a sistematização dos fundamentos presentes nesta monografia.

Os elementos que nortearam este estudo e que são interdependentes entre si, foram organizados no quadro 1 para melhor identificar a sua articulação e demonstração nesta introdução.

QUADRO 1 - ELEMENTOS NORTEADORES DO PRESENTE ESTUDO

Problematização	Metodologia/Instrumentos de coleta de dados	Perguntas aos sujeitos da pesquisa de campo
A cultura e a arte se constituem em instrumentos emancipatórios na vida do público juvenil?	Pesquisa bibliográfica e entrevista	Como você avalia o espaço de trabalho da Fundação para a articulação entre arte, cultura e juventudes? Há perspectivas em torno disso?
Como são caracterizados os programas culturais e artísticos ofertados pela Fundação Municipal de Cultura (FMC)? Existe algum específico para a	Pesquisa documental e entrevista	De modo geral, como você caracteriza os programas/projetos/ações ofertados pelo seu espaço de trabalho? Na sua opinião, o que poderia ser ampliado

população juvenil?		em termos de ações e perspectivas da FMC? Como você avalia o espaço de trabalho da Fundação para a articulação entre arte, cultura e juventudes? Há perspectivas em torno disso?
Quais os principais desafios enfrentados neste setor?	Entrevista	Quais os principais desafios na execução das ações/programas/projetos?

Organização: a autora.

Utilizamos da pesquisa bibliográfica para o aprofundamento teórico deste estudo e aproximação da temática. Essa, segundo Gil (2002), desenvolve-se por meio de materiais já elaborados, tais como livros e artigos científicos. Já nos casos em que foram necessários o uso de documentos legislativos, fizemos uso, portanto, da metodologia documental, que de acordo com Gil (2008),

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

O uso das entrevistas se justifica por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual buscamos nos aproximar do universo e amostra do estudo. Em outras palavras, as entrevistas deste estudo possibilitaram o conhecimento da visão dos sujeitos participantes sobre a arte e a cultura nas ações da Fundação junto às juventudes.

O processo de análise dos resultados deste estudo se deu por análise de conteúdo. Segundo Câmara (2013), a análise de conteúdo tem o objetivo de compreender características, estruturas ou modelos através dos fragmentos das mensagens coletadas, onde o esforço do pesquisador se divide em duas partes: entender o sentido daquilo que foi comunicado e, principalmente, fazer o desvio do olhar em busca de outras formas de significação. Portanto, a análise de conteúdo segue três passos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Deste processo de análise dos dados resultaram as seguintes categorias analíticas: ações promovidas pela Fundação Municipal de Cultura; concepções da relação: arte, cultura e juventudes; desafios do trabalho com arte e cultura; ampliação das perspectivas de trabalho da Fundação Municipal de Cultura; e a articulação junto às juventudes.

Frisamos que o estudo seguiu todos os protocolos éticos estabelecidos pela Plataforma Brasil, na qual houve a submissão do projeto ao Sistema CEP/CONEP e que foi aprovado sob o parecer nº 5.086.290.

Por último, conforme se vê no sumário, este trabalho está dividido em três capítulos, onde no primeiro objetivamos sistematizar fundamentos teóricos sobre as categorias que cercam a referida pesquisa, resultando na discussão sobre a arte e cultura como expressões emancipatórias das juventudes; no segundo capítulo realizamos a sistematização da discussão sobre políticas de cultura no Brasil a nível federal e estadual, abordando a presença do Estado no campo cultural brasileiro; por fim, no terceiro capítulo, a aproximação ao campo específico de pesquisa e a reconstrução do objeto de pesquisa.

CAPÍTULO 1

A ARTE E A CULTURA COMO EXPRESSÕES EMANCIPATÓRIAS DAS JUVENTUDES

Estruturado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, este capítulo busca sistematizar fundamentos teóricos sobre as categorias que cercam a referida pesquisa, sendo elas a cultura, arte, emancipação e juventudes. Cabe ressaltar que o primeiro capítulo se trata não somente de uma somatória de temáticas do objeto de estudo como também de uma reflexão sobre as mesmas, amarrando-as como partes de um todo.

O primeiro item concerne à compreensão da cultura e arte enquanto elementos constitutivos da vida social, no qual discutimos esses elementos a partir de uma abordagem crítica, com fundamentos em autores como Chauí (2009), Santos (1987), Gohn (2008), Bosi (1989), Coli (2006) e Gramsci (1988).

No segundo item deste capítulo partimos para o debate sobre emancipação com respaldo no projeto da Modernidade desenhado por Santos (2013), onde encontramos o pilar da regulação e emancipação; e também na obra de Montaño e Duriguetto (2010) e Marx (s.d.) na distinção entre emancipação política e emancipação humana. Vinculamos ainda essa discussão ao entendimento de juventudes, categoria específica escolhida para a realização deste estudo.

1.1 A CULTURA E A ARTE COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA VIDA SOCIAL

Buscar definir o conceito de cultura e arte a partir da literatura é um desafio. Existe uma gama de resultados e possibilidades a partir desses dois conceitos e, disto, nota-se que sua definição concreta é um ponto que ainda se encontra em discussão, especialmente na área das ciências humanas e ciências sociais aplicadas.

Começamos pela etimologia da palavra: *cultura* deriva do verbo latino *colere*, englobando dois significados etimológicos: I) a ação ou a maneira de cultivar a terra e/ou criação de animais; e II) o acervo intelectual e/ou espiritual, conjunto de conhecimentos, ou ainda o conjunto de estruturas sociais, religiosas e

manifestações artísticas e intelectuais que caracterizam uma sociedade (DICIONÁRIO LAROUSSE, 2004).

Voltando um pouco na história, vemos em Chauí (2009) que o entendimento por cultura, por muitos anos, se remeteu ao cuidado e cultivo com a terra. A partir do século XVIII, cultura passou a ser sinônimo de civilização, tornando-se esta um critério para “mensurar” o grau de civilidade de determinada sociedade, classificando-a através de uma evolução linear: da menos civilizada, animalesca, primitiva, para a mais civilizada, culta, dominante.

Tal perspectiva, de acordo com Santos (1987), tem seus precedentes a partir da expansão das potências europeias através do processo de colonização, onde estas incorporaram nações e territórios e submeteram os povos nativos a seu mando, controle e exploração. Dessa forma, a Europa se apropriou do entendimento de cultura como grau de civilidade para delimitar sua posição de dominante sob as áreas colonizadas, justificando sua “superioridade” com respaldo em ideias racistas e preconceituosas; assim, as inquietações em relação à cultura carregavam essa marca enquanto legitimadoras da dominação colonial.

A cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução. No conceito de cultura introduz-se a ideia de tempo, mas de um tempo muito preciso, isto é, contínuo, linear e evolutivo, de tal modo que, pouco a pouco, a cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização (CHAUÍ, 2009, p. 24-25).

Tão logo percebemos a ideia de dominação que o entendimento por cultura perpassava pela mentalidade europeia. Ainda em Chauí (2009), a partir do momento em que se define o que é “primitivo”, se faz necessário a posição do “não primitivo”, aquele que alcançou o “progresso”, acarretando um juízo de valor na distinção das formas culturais entre os povos e nações.

O modo pelo qual entendemos a cultura hoje ganhou forças a partir da segunda metade do século XX com bases na filosofia alemã (Chauí, 2009), onde se buscou romper com a visão etnocêntrica sobre a definição de cultura (ou pela sua formação marxista ou pelo sentimento de culpa). Logo, a filosofia alemã inaugurou a antropologia social e política discutindo a cultura de maneira histórica e materialmente determinada.

Com a obra de Santos (1987), observamos que o termo na contemporaneidade se associa ao estudo, ao saber, às manifestações artísticas, aos meios de comunicação de massa, festas e cerimônias ligadas à tradição, lendas, crenças, entre demais outras formas de expressões culturais.

O autor trabalha duas concepções de cultura: a primeira abrange todos os aspectos de determinado cenário, onde a própria existência social de uma nação caracteriza-se por esse termo. Aqui, o direcionamento é dado à totalidade de características de um povo, nação ou de grupos no interior de uma sociedade, analisando as maneiras como estes concebem e organizam a vida social e/ou seus aspectos materiais.

Já a segunda concepção diz respeito, mais especificamente, aos conhecimentos, ideias e crenças de um povo. Neste contexto, o autor cita o exemplo da cultura francesa, onde ela pode abranger a língua francesa, literatura francesa, sua filosofia, expressões artísticas... ou até mesmo a cultura alternativa, que engloba os modos de se pensar, ver e de viver a vida.

Um ponto destaque feito por Santos (1987, p. 39) é a indispensabilidade de pensarmos a cultura em sua forma dinâmica, e não como algo fixo, imóvel; assim, “nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental.”

À vista disso, o autor em questão percebe a cultura como um aspecto constituinte do cenário social, de dimensão não-material, onde a sociedade encontra um espaço de expressão sobre o conhecimento que possui de si mesma, sobre outras, sobre a própria existência – incluindo, também, o modo como se é expresso, seja através da arte, da religião, da ciência, da tecnologia, da política.

Como aspecto constituinte do cenário social, encontramos em Chauí (2009) a cultura como uma forma de produção e criação, seja da linguagem, da religião, da sexualidade, dos modos de habitação, das expressões das artes, das relações presentes na sociedade, da guerra, da paz... isto é, para a autora, a cultura caracteriza-se como

[...] o campo em que os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, a direção da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (a percepção do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores – o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto – que instauram a idéia de lei e, portanto, do permitido e do proibido, determinando o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2009, p. 28-29).

Nesta mesma obra, Chauí discorre sobre a necessidade de tratarmos a cultura como uma forma de trabalho. Quer dizer, a cultura como um trabalho da inteligência, da sensibilidade, resultado da imaginação e reflexão sobre aquilo que nos envolve, enxergando-a como uma instituição social, que é determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização.

Áreas como a antropologia, sociologia, história e filosofia trouxeram novos campos de estudo sobre a cultura, segundo aponta Gohn (2008). São elas: cultura erudita, cultura de massas, cultura popular, cultura urbana, cultura política, cultura nacional, cultura do trabalho, cultura propositiva, cultura da mídia etc. A lista é extensa².

Não pretendemos nos estender aqui sobre elas. O importante é compreender a cultura não como algo estagnado, em conformidade com a discussão feita por Santos (1987), mas como “uma alma produtora, a expressão de uma certa filosofia” (BASTIDE, 1995, apud GOHN, 2008). Isto é, cultura em alinhamento aos processos de mudança social, manifestando a mentalidade coletiva.

Gramsci apud Monasta (2010) enfatiza a necessidade de deixarmos de compreender a cultura como saber enciclopédico, afirmando a supracitada concepção possuir caráter prejudicial especialmente para a classe proletária. Conceito esse, conforme pontua, responsável por criar os desajustados, que são aqueles que se creem superiores aos demais pelo fato de terem armazenado certa quantidade de dados, utilizando disso para estabelecer uma barreira entre si e os outros.

Para o filósofo marxista, a cultura

[...] é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres (GRAMSCI apud MONASTA, 2010, p. 53).

Ou seja, quando a cultura perde seu sentido de bagagem intelectual e pedante, abre espaço para uma compreensão mais equitativa entre os homens, virtuosa para a transformação social. Ou seja, a cultura nos instrumentaliza na interpretação da nossa realidade e na mudança dela.

Agora, com as referidas concepções em mente, partimos para a discussão sobre a arte. A palavra possui sua origem no latim *ars/artis*, que diz respeito a uma

² Sobre o tema consultar Gohn (2008).

habilidade adquirida, um talento para realizar uma atividade específica e também o caráter, produção, expressão ou concepção daquilo que é considerado belo (DICIONÁRIO LAROUSSE, 2004).

Bosi (1989) apresenta a arte como um fazer, o conjunto de atos com a potencialidade de mudar a forma ou transformar a matéria que é oferecida pela natureza e pela cultura. O autor discute a origem da palavra que, conforme mencionado, *arte* deriva do latim *ars*, se amarrando à raiz do verbo *articular*, que representa a ação de fazer junturas entre as partes de um todo – atividades como a música, poesia, teatro, ofícios de artesanato, cerâmica, tecelagem...

No início de seu texto, Bosi (1989) faz uma breve menção sobre a classificação hierárquica entre as artes realizadas durante o Império Romano. Dividiam-nas entre as *artes liberales*, realizadas pelos homens livres, e as *artes serviles*, exercidas por aqueles de condição mais humilde. A partir disso, os termos artista e artífice (que vem de *artifex* – o que faz a arte) mantém até hoje o antagonismo de classe milenar entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

A perspectiva moderna recusa tal distinção e, o próprio autor apresenta um alerta de Gramsci, discutindo que “[...] há uma vida intelectual, às vezes atenta e aguda, dobrando e plasmando a matéria em busca de novas formas, ainda que, no jogo social, o artífice não receba o grau de reconhecimento prestado ao artista.” (p. 14).

Julgamos importante realizar um adendo aqui em relação à menção da perspectiva moderna. Por esse termo, entendemos o projeto civilizatório que diz respeito à universalidade (onde visa todos os seres humanos), à individualidade (onde os mesmos são considerados como pessoas concretas) e à autonomia (onde, a partir de sua individualidade, estão aptos a pensarem por si próprios). Suas práticas e teorizações possuem a marca da emancipação humana de dogmas religiosos, de renascimento de valores bem como a instituição de um novo pensamento sociopolítico e cultural para a sociedade (LUIZ, 2011). Portanto, é com base nesse fundamento que a perspectiva em questão rejeita a hierarquia de classificação entre as artes *liberales* e *serviles*, entre o artista e o artífice.

Ao analisar a produção de Coli (2006), compreendemos a pontuação do autor que, mesmo existindo uma certa dificuldade na definição do termo arte, é possível abordá-lo diante da ideia de admiração; ou seja, é provável que, se perguntarmos a um indivíduo o que ele considera como arte, a resposta será algo em torno do que

ele mesmo admira, o que é visto como belo ou até mesmo espantoso – algo que envolve o *sentir* do sujeito.

Assim como a noção de cultura passou por evoluções com o decorrer dos tempos, o sentido do que é arte também esteve sob o mesmo processo. A arte ocidental, em especial, por décadas associou-se ao estilo da antiguidade clássica; logo, quanto mais as suas expressões se aproximassem do antigo, mais “artístico” aquilo era considerado (COLI, 2006).

Conforme Coli (2006), a mentalidade sobre a arte passa a se expandir a partir do século XIX, quando o olhar da antropologia e sociologia se direciona não apenas para as expressões da Renascença, mas também para a arte oriental, egípcia, popular, moderna, inclusive a pré-histórica. À vista disso, vemos aqui a ruptura com a perspectiva etnocêntrica europeia da concepção do que é arte para além da cultura.

Ainda em Coli (2006),

A arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de "aprendizagem". Seu domínio é o do não-racional, do indizível, da sensibilidade: domínio sem fronteiras nítidas, muito diferente do mundo da ciência, da lógica, da teoria. Domínio fecundo, pois nosso contacto com a **arte nos transforma**. Porque o objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nós, em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nos servimos para apreender o mundo que nos rodeia (COLI, 2006, p. 109, grifo nosso).

Aqui observamos que a arte é um dos aspectos que se constituem através da cultura. Isto é, uma expressão social de manifestações repleta de símbolos e significados produzidos pelo homem e para o homem, de potencial transformador e reflexivo sobre a dimensão humana.

Para Serafini e Deitos (2008), a arte abrange a dimensão de ser discutida a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, afirmando que a realidade possui um tempo histórico e que o modo de produção do homem é determinado pela junção da vida social e política daquele momento. Nesse sentido, a arte é compreendida através do reflexo da ação do homem sobre a natureza, onde a habilidade artística vem a partir de um aprendizado, de uma mediação e humanização dos sentidos.

A partir dessa humanização dos sentidos, a arte se apresenta então “[...] como um elemento que tem a capacidade de incidir contra os processos de alienação porque faz com que o indivíduo se perceba em sua totalidade” e também

“[...] faz os homens enxergarem uns aos outros.” (SCHERER, 2013, p. 75, 74). Disso, relembramos o seu sentido etimológico que, como visto anteriormente, remete ao verbo *articular*, podendo ser entendido em seu duplo sentido: a articulação entre as formas de arte e a articulação entre os homens na sociedade através dela.

Os fragmentos da arte, entendida como uma criação crítica do homem, devem estar presentes em todas as atividades criadoras do ser humano, para se contrapor aos processos de alienação. A partir da arte genuína e livre, o homem não é mais um objeto em cena, mas sim um protagonista do seu próprio roteiro, e através do roteiro da sua vida é que ele passa a compreender a sua realidade e a incidir nela. Deste modo, a arte pode ser um elemento que venha a contribuir para uma transformação social (SCHERER, 2013, p. 78-79).

Scherer (2013) fundamenta-se em Konder quando menciona a revelação do cenário social que se dá através da arte aos indivíduos e a sua possibilidade de refletir sobre ele, proporcionando o início de uma mudança da realidade. No que concerne à cultura, o autor se apoia na obra de Gramsci enquanto afirma não como uma forma de conhecimento acumulado, mas como modo de pensar – gerando assim um vínculo com a política libertadora, onde se torna possível criar formas de hegemonia na sociedade.

Entendemos, em suma, a cultura e a arte como elementos constituintes da esfera sócio-política. São capazes de possibilitar ao homem uma consciência não alienada, ou melhor, uma reflexão mais crítica da realidade que o cerca.

É importante ter em mente que a cultura e a arte se expressam em dimensões no micro e no macro. Também, podem contribuir em transformar como podem contribuir em manter determinadas situações, apaziguá-las. Portanto, ambas podem ser instrumentos ideológicos, não estando imunes a processos de alienação. De grosso modo, estamos sujeitos a um sistema capitalista onde o mercado objetiva a transformação de esferas como a saúde, a educação, o lazer em mercadorias, não isentando disso o campo cultural e artístico (SCHERER, 2013).

Numa perspectiva crítica, partimos do pressuposto que o homem, através da arte e da cultura, pode adentrar em uma revolução processual, denominada por Luiz (2011) como **ruptura molecular**. A autora a discute com base na perspectiva gramsciana, onde esta se aplica “às diferentes posições em luta” estabelecendo novos modos de pensar e da ação coletiva entre os indivíduos; ou seja, o processo molecular é entendido como uma fase intermediária, de acúmulo processual de

conquistas, relacionadas dialeticamente, visando um objetivo maior. À luz de Gramsci, encontramos tais modificações moleculares em sua capacidade de alterar “[...] progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 1988, p. 77).

De outro modo, nos apropriamos nesse estudo da perspectiva de analisar a cultura e a arte como um caminho, um processo molecular, que, dentro de um movimento de totalidade, podem contribuir com processos emancipatórios. Vimos até agora suas dimensões discutidas por múltiplos autores, todas compartilhando um ponto em comum: o cultural e o artístico como potenciais elementos de valores reflexivos, críticos, de articulação entre os grupos sociais que buscam a transformação da realidade. Cabe agora uma análise sobre a categoria emancipação, a qual será discutida no item a seguir.

1.2 ALGUMAS NOTAS REFLEXIVAS SOBRE EMANCIPAÇÃO

De início, discutir sobre emancipação nos remete à obra de Boaventura de Sousa Santos³ (2013), onde o autor traça uma análise sobre o projeto da Modernidade em dois pilares: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. Em relação ao primeiro, Santos (2013) sustenta-se na filosofia de três autores e, ao segundo, baseia-se em três lógicas de racionalidade.

O pilar da regulação constitui-se pelo Estado (Hobbes), pelo mercado (Locke) e pela comunidade (Rousseau). Já o pilar da emancipação consiste na lógica da racionalidade cognitivo-instrumental (da ciência e da técnica), na racionalidade moral-prática (da ética e do direito) e, por fim, da racionalidade estético-expressiva (da arte e da literatura). Conforme aponta o autor, o equilíbrio pretendido entre a regulação e emancipação é dado somente através de um desenvolvimento harmonioso entre esses dois pilares e das relações dinâmicas presentes no referido processo.

Contudo, a realidade se mostra diferente do que se prevê em teoria. Existe o desequilíbrio entre o pilar da emancipação e o da regulação, onde o primeiro se encontra em desvantagem em relação ao segundo. Observamos a maximização da

³ Apesar de não comungarmos com a perspectiva pós-moderna de Santos, utilizamos de sua obra por se tratar de um autor referência no tema de emancipação social e também para uma análise de sua discussão sobre o projeto da Modernidade, o qual é apresentado neste trabalho nos parágrafos sobre os pilares que se assentam a Modernidade. Para mais informações, consultar Luiz (2011).

regulação e um déficit no pilar da emancipação e, para além disso, ainda há a desarmonia dentro dos próprios pilares. Isto é, no de regulação, o mercado se sobressai entre o Estado e a comunidade, e no de emancipação, a ciência e a técnica são tidas como o centro, enquanto a arte e a literatura passam secundarizadas, desvalorizadas. Nesta hierarquia de prioridades, a cultura se encontra em maior desvantagem.

Em suma, da obra de Santos nos interessa o foco na discussão sobre a racionalidade estético-expressiva que, para o autor, se encontra articulada ao princípio da comunidade (onde se pressupõe a filosofia política de Rousseau), pois é neste espaço onde são condensadas as ideias de identidade e comunhão dos sujeitos – apesar de observamos o desequilíbrio entre os pilares e dentro dos mesmos.

Para entender sobre a categoria emancipação enquanto fundamento teórico ao presente trabalho, recorreremos a obra de Montañó e Duriguetto (2010), na qual os autores analisam-na por outro viés. Buscando evitar cair no equívoco de interpretá-la apenas por conquistas de direitos sociais, os autores ancoram-se em Marx na apresentação da distinção entre emancipação política e emancipação humana.

A emancipação política diz respeito à conquista de direitos civis, políticos, trabalhistas e sociais – em outros termos, é responsável pela garantia da liberdade e igualdade perante a lei. Os autores em referência reconhecem a dimensão de tais conquistas no progresso da sociedade, e não obstante, chamam a atenção no sentido da emancipação política realizar-se no interior da ordem do capital. Isto é, realizam-se na manutenção de um sistema desigual (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010).

Nas palavras de Marx (s.d.), com a emancipação política

[...] o homem não se libertou da religião; recebeu a liberdade religiosa. Não ficou liberto da propriedade; recebeu a liberdade da propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio (MARX, s.d., p. 29).

Ou seja, em uma sociedade onde as desigualdades são tão gritantes como a nossa, a emancipação política permite o “equilíbrio” entre as esferas presentes no corpo social. Declara o direito de ir e vir, o direito ao voto, direito da organização, direito à moradia, educação, saúde etc. Contudo, na visão de Marx, a emancipação

política limita-se na medida em que ela não alcança a emancipação do homem em sua totalidade, assim dizendo “O Estado pode ter-se emancipado da religião, embora a *imensa maioria* continue a ser religiosa.” (MARX, s.d., p. 11).

A emancipação humana, por outro lado, equivale à eliminação de toda forma de desigualdade e exploração entre os homens. Ou seja, ela ocorre na superação da ordem do capital, tendo como horizonte o comunismo (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010). Em suma: para Marx, a emancipação política não deve ser vista como um fim, mas como um meio para atingir a emancipação humana. Tão logo, segundo pontuam os autores, não há emancipação humana sem emancipação política, assim como emancipação política não pressupõe a emancipação humana.

Por fim, das duas referências utilizadas nos munimos neste trabalho da discussão sobre Modernidade e a presença da racionalidade estético-expressiva de Boaventura de Sousa Santos e a sobre emancipação política exposta por Marx e por Montañó e Duriguetto. Ressaltamos que a dimensão colhida em Santos e também no item 1 deste capítulo se refere ao papel da arte e cultura como aspectos constituintes da vida social, embora não valorizados suficientemente de modo a ter uma presença igualitária ao mercado e ao Estado. E a dimensão de emancipação política colhida nos autores indicados se refere a um elemento também constitutivo da vida social, com vistas à emancipação humana, considerando o alcance da presente pesquisa.

1.3 AS JUVENTUDES E SUAS POTENCIALIDADES EM UMA SOCIEDADE CONTRADITÓRIA

A definição mais simples sobre a juventude pode ser encontrada na leitura da Lei nº 12.852 de 2013, que designa enquanto jovem aquele que possui entre 15 a 29 anos de idade. Elucidando em dados quantitativos, aproximadamente 26% da população latino-americana (CEPAL, 2015) e 27% da população brasileira, segundo o IBGE de 2013, se encontram nesta faixa etária, conforme vemos em Barreiro (2017). Entretanto, a preocupação com a inserção da juventude na agenda pública só passou a intensificar-se nos últimos anos, trazendo, como principal marco, o Estatuto da Juventude.

O Estatuto (instituído pela Lei nº 12.852 de 2013) dispõe sobre os direitos dos jovens, que segue os princípios de: promoção da autonomia e emancipação⁴ deste segmento; de valorização de sua participação social e política; de promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do Brasil; de reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares; de promoção de seu bem-estar; de respeito à sua identidade e diversidade individual e coletiva da juventude; de promoção da vida segura, cultura da paz e da não discriminação; e também de valorização do diálogo e convívio do jovem entre as gerações (BRASIL, 2013).

Na busca de definição para o termo juventude, Esteves e Abramovay (2009) apud Scherer (2013) apontam a juventude enquanto construção social. Isto significa que a juventude se configura enquanto produção do imaginário social a partir da forma como os jovens são vistos pelos demais. Abrange-se nisso momentos históricos e as mais diversas situações de classe, gênero, etnia e outros (ESTEVES E ABRAMOVAY, 2009 apud SCHERER, 2013).

Compreendendo que momentos históricos, situações de classe, gênero, etnia etc. determinam o entendimento por juventude, Dayrell e Carrano (2003) enfatizam a noção de juventudes no plural, na defesa de que não existe somente um único modo de ser jovem nas esferas sociais. Nas palavras dos autores, “[...] as juventudes não são apenas muitas, mas são, fundamentalmente, constituídas por múltiplas dimensões existenciais que condicionam o leque de oportunidades da vivência da condição juvenil.” (DAYRELL, CARRANO, 2003, p. 9).

Um outro autor que defende a ampla diversidade presente na categoria de jovens é Pais (1990) ao discutir o “paradoxo da juventude”,

O paradoxo da questão é que qualquer ideia aparece sempre encapsulada num nome e, aqui, o mesmo nome — juventude — encapsula ideias diferentes. Paradoxo derivado é a tendência de, perante um dado nome, nome de algo — com sua ideia inclusa —, deixar de se ver esse algo a que o nome se reporta, isto é, a realidade que se nomeia ou idealiza. Deste modo, embora construídos para nos facilitarem uma clara percepção das realidades, há em muitas ideias e conceitos um efeito perverso. Por isso, temos de nos treinar numa nova óptica que nos deixe ver, através dos nomes das coisas, a riqueza semântica que aparece associada a esses «nomes» (ideias, conceitos). Era esse treino que gostaria também de exercitar ao propor que a juventude fosse principalmente olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes

⁴ A emancipação da juventude presente na Lei refere-se à trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade.

atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma fase de vida (PAIS, 1990, p. 149).

A obra de Pais apresenta, portanto, a dualidade de sentidos que se encontram as juventudes: a primeira se trata de uma fase de vida e, a segunda, sobre a pluralidade de vivências tão divergentes dentro da camada juvenil. Dado isso, em vezes ela se apresenta tanto enquanto grupo homogêneo (quando nos referimos à fase de vida) quanto heterogêneo, logo que as juventudes sejam examinadas como um corpo social e de atributos sociais que diferenciam uns dos outros (PAIS, 1990).

Neste trabalho utilizamos da aproximação feita por Borgo (2014) com fundamento em Dayrell, considerando “[...] a juventude enquanto condição social, ao mesmo tempo em que é representação.” (p. 28). Suas mudanças físicas, psicológicas, corporais, afetivas e relacionais são condicionadas e representadas de acordo com a determinada sociedade em que se encontram, com um tempo histórico e em conformidade com os grupos presentes no interior dessa sociedade.

Souza (2004) discute os desafios enfrentados pelas juventudes na construção de suas identidades em tempos tão contraditórios, onde as incertezas próprias dessa idade acumulam-se às incertezas da vida contemporânea. São tempos marcados pelo subjetivo, pela fragmentação e pelos ritmos diferenciados. Intensifica-se, portanto, no período da juventude (mas não somente), uma busca constante por respostas de perguntas como quem sou, como me aproximo e como me diferencio do outro (SOUZA, 2004). Todavia, há de se reconhecer que: se é um tempo de tantas incertezas, é, também, um tempo de fartas possibilidades.

A autora considera a juventude como um momento rico nas manifestações de sociabilidade, enfatizando a importância de percebermos a forma como o segmento juvenil ocupa os espaços sociais e como redefinem de forma constante a sua identidade. Logo, elementos como a dança, o teatro, poesia, música etc. são vistos como uma circunstância capaz de trazer o reconhecimento do sentido daquilo que fazem. Com a formação de grupos culturais, a juventude afirma o que é a partir do reconhecimento um do outro.

Dado os conflitos sociais contemporâneos, Dayrell e Carrano (2003) desconstróem em sua pesquisa a mentalidade das juventudes como distante e

pouco participativa politicamente. As décadas de 80 e 90 no Brasil são a própria prova: as ruas foram tomadas pelos jovens nas campanhas Diretas Já e no impeachment de Fernando Collor de Mello. Para além disso, as Jornadas de Junho de 2013 foram compostas, em sua grande maioria, por jovens brasileiros em sua luta coletiva pela tarifa zero, fim da violência policial, sistemas de transporte público de boa qualidade e demais demandas da classe trabalhadora (GOMES, 2014).

Em Melucci (1996) vemos a discussão sobre as juventudes como um dos atores centrais nas mais diversas ondas de mobilização, não somente no Brasil mas também no mundo

Começando pelo movimento estudantil dos anos 60 é possível traçar a participação juvenil em movimentos sociais através das formas 'sub-culturais' de ação coletiva nos anos 70 como os punks, os movimentos de ocupação de imóveis, os centros sociais juvenis em diferentes países europeus, através do papel central da juventude nas mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80, através de ondas curtas mas intensas de mobilização de estudantes secundaristas dos anos 80 e começo dos 90 (na França, Espanha e Itália, por exemplo) e, finalmente, através das mobilizações cívicas nos anos 90 como o anti-racismo no norte da Europa, França e Alemanha ou o movimento da anti-máfia na Itália (MELLUCI, 1996, p. 12)

De todos os exemplos citados os jovens se caracterizam enquanto protagonistas⁵ nos movimentos coletivos, ainda que apresentando diferenças históricas e geográficas entre si. Cabe trazer a beleza que a juventude representa, perpassando por um caminho de grandes diversidades, possibilidades e perspectivas para o futuro.

Observa-se disso a sede por mudança que constitui as vidas das juventudes – onde, ao mesmo tempo em que se encontram em meio a tantas incertezas, inseguranças (pessoais e coletivas), também compõem majoritariamente as linhas de frente em lutas sociais e políticas. Nas palavras de Ianni (1968),

Não se trata apenas de uma fase transitória – culturalmente produzida – da vida social das pessoas, consideradas individualmente, em face dos contextos familiar e social global. O inconformismo juvenil é, ao contrário, um produto possível pelo qual a pessoa globaliza a situação social. No momento em que inicia o ingresso na sociedade ampla, o jovem descortina condições e possibilidades de existência que o tornam consciente tanto das condições reais como das emergentes (IANNI, 1968, p. 228).

Não podemos deixar de ressaltar, portanto, o potencial das juventudes na construção de um mundo melhor, sendo estes, em grande maioria, os principais

⁵ O protagonismo juvenil é uma importante ferramenta de atuação e de formação das juventudes para o exercício de sua cidadania plena. Para mais informações, consultar Costa (1994).

responsáveis pela liderança dos movimentos sociais. Com seu horizonte amplo de oportunidades, a juventude é o momento em que se iniciam seus projetos de vida, com seus gostos, vocações e, também, com e sobre o mundo em que vivem (SOARES, 2012).

A capacidade do público jovem em promover mudanças, reflexo do “inconformismo juvenil” citado por Ianni (1968) – se canalizada pelo Poder Público e pela sociedade –, pode promover positivos impactos no mundo em que vivemos. Entretanto, seu potencial de articulação é subestimado. Sendo a categoria das juventudes uma construção social, o que se observa, na maioria das vezes, a partir de notícias em jornais, televisão, mídia e afins é uma visão negativa em relação à população juvenil, sendo ela um alvo de estereótipos, estigmatização e ataques discriminatórios. É, também, um dos segmentos mais afetados pelas expressões originárias da contradição do capital, como drogas, violência e pobreza (SCHERER, 2013).

A juventude inscreveu-se como questão social no mundo contemporâneo a partir de duas abordagens principais. De um lado, pela via dos “problemas” comumente associados aos jovens – como a delinquência, o comportamento de risco e a drogadição, entre outros –, que demandariam medidas de enfrentamento por parte da sociedade. É sintomático, por exemplo, o fato de que, *pari passu* à consolidação da afinidade entre a modernização socioeconômica e a configuração da juventude como categoria sociológica específica, firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões da desordem social, impondo a identificação dos jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e pelo poder público (AQUINO, 2009, p. 25).

Existe uma super dimensão presente nas esferas sociais que enxerga as juventudes como sinônimo de criminalidade. E, nos casos em que não são vistos como violentos ou “marginais”, são vistos como meros produtos pela mentalidade capitalista (a exemplo disso, podemos pensar no número de programas e mercadorias voltadas aos segmentos juvenis como seus principais consumidores). A mesma discussão constatamos em Pereira e Lacerda (2009), quando apontam observar “[...] o incansável esforço midiático em fazer aparecer aos olhos do grande público “uma” juventude homogênea” (p. 188) em que todos, em algum momento, acabam confundindo-se com um deles. Ora os jovens são descritos como (des)preocupados, (ir)responsáveis, (i)maturos, (des)engajados, violentos, dentre outros.

Uma gama de autores das áreas das ciências sociais e humanas discute as problemáticas que permeiam o cotidiano vivenciado pelas juventudes na contemporaneidade. Destacamos a obra de Soares (2012), onde encontramos sua pontuação sobre o forte imaginário social que entende a juventude como estado de imaturidade e impulsividade; a de Lucena (2016), que aborda o fenômeno da ideologia oriundo das classes dominantes que atribui à população jovem a condição de “criminosa, delinquente”; Scherer (2013) onde vemos o enfoque nos Direitos Humanos da juventude em uma sociedade de consumo; e Castro (2009), que nos apresenta todo um debate sobre a invenção da juventude violenta.

Para entendermos o porquê do estigma relacionado às juventudes se mostra necessário uma breve discussão sobre o poder hegemônico presente em nossa sociedade. Para Gramsci, hegemonia é a direção ideológica da sociedade que diz respeito à formação de controle e poder, e não somente em relação à esfera econômica, mas também sobre o modo de pensar o mundo (ACANDA, 2006, SIMIONATTO, 2003 apud SCHERER, 2013).

Ou seja, para manter-se hegemonicamente, a classe dominante utiliza da ideologia para a universalização de suas ideias. Por exemplo: sabemos que o consumo é o cerne da sobrevivência do sistema capitalista – desta forma, ele cria novas necessidades nos indivíduos tendo como horizonte o lucro. Aqueles que não possuem poder de compra tornam-se excluídos e, muitas vezes, marginalizados. Logo, o capital é o responsável pela reprodução das desigualdades sociais.

Entretanto, conforme supracitado, o capital utiliza da ideologia para isentar-se de suas responsabilidades enquanto reproduzidor destas expressões da questão social e manter-se hegemonicamente no poder. Atribuir às juventudes o estigma de marginais, violentos ou até mesmo como o “mal da sociedade” trata-se de um projeto, um “bode expiatório” que esconde por uma cortina de fumaça o verdadeiro responsável pelos infortúnios da vida em sociedade.

Em complemento, a juventude está delineada na obra de Ianni (1968) a partir do contexto capitalista, apresentando que

A história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de

esquerda. E são nestas duas polarizações que a singularidade do comportamento político do jovem se tem revelado mais abertamente, abrindo possibilidades a uma interpretação globalizadora (IANNI, 1968, p. 225).

Para o autor, a condição da juventude “subversiva” ou “rebelde” tem suas origens na própria conjuntura da sociedade capitalista que lhe estabelece comportamentos (BORGO, 2013). Logo, analisar o comportamento do jovem implica também analisar suas condições estruturais, sócio-históricas e culturais as quais as juventudes se encontram inseridas, tendo em mente que a causa de suas crises de consciência individuais se dá pela própria natureza do sistema em que nos encontramos (IANNI, 1968).

Parafraseando Souza (2004), se a sociedade contemporânea cria demandas complexas e não oferece os meios para a inserção das juventudes neste meio – que utilizam das práticas culturais e artísticas como formas de expressão –, por que não transformá-las em bandeiras de luta e de conquistas de espaços para a categoria?

Por isso se mostra tão importante discutir o poder da cultura e da arte enquanto expressões emancipatórias para as juventudes. Aqui vale reiterarmos a potencialidade destes elementos enquanto viáveis caminhos para o pensamento crítico e reflexivo, que abre portas para a compreensão do mundo que nos cerca permitindo novas formas de expressão e de protagonismo. São ferramentas possíveis para o entendimento das juventudes, sobre as juventudes e para as juventudes enquanto sujeitos de direitos, reavaliando a lógica do capital e fortalecendo-os na participação social e política nas diferentes esferas da realidade.

Complementando essa fundamentação teórica, retomamos a obra de Luiz (2011) e sua discussão sobre as rupturas moleculares. Quando pensamos na cultura e arte como potenciais contribuições em um processo transitório para a emancipação, não objetivamos atribuir aos segmentos das juventudes o encargo exclusivo desta, mas sim, acreditamos

[...] na potencialidade e na criatividade humana-social pertencente a uma classe que “**des-conhece**” a potencialidade de seu protagonismo e a necessidade de reconstrução e ampliação da democracia participativa, que abre espaços mais diversos para a emergência de processos coletivos, que podem produzir rupturas moleculares.

Dessa forma, os processos moleculares de transposição de barreiras e obstáculos se constituem em processos pedagógicos – por caracterizarem-se em ações coletivas de reciprocidade, em reconhecimento de problemas comuns, de associação e de multiplicação de forças, através da ocupação de posições e consequente socialização da política, do poder e de questões públicas (LUIZ, 2011, p. 116-117).

Visando essa potencialidade, tendo em mente ainda que “[...] é na juventude que se produz o conhecimento do mundo. É a primeira vez que o jovem se dá conta de que está numa certa época histórica, em certo momento histórico” (SOARES, 2012, p. 24), amarramos a dimensão da cultura e arte enquanto processos pedagógicos emancipatórios na vida das juventudes.

Retomando os pilares da Modernidade discutidos por Santos (2013) e a importância do equilíbrio entre o da regulação e emancipação, pondera-se a necessidade de políticas públicas culturais neste sentido (entre Estado e cultura, respectivamente). Para a construção do item a seguir, partimos para os questionamentos: qual o histórico das políticas de cultura no Brasil? Como vêm sendo tratadas pelo Poder Público? As juventudes recebem alguma atenção especial nessa esfera?

CAPÍTULO 2

A PRESENÇA DO ESTADO NO CAMPO CULTURAL BRASILEIRO

Objetivando entender a presença do Estado no setor da cultura, escrevemos o presente capítulo com vistas à sistematização da discussão sobre políticas de cultura no Brasil, avaliando-as também no atual governo Bolsonaro e no estado do Paraná, atentando para a investigação da existência de uma atenção específica voltada para o segmento juvenil na cultura.

2.1 POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: DA ERA COLONIAL À ATUALIDADE

Para entendermos o momento presente, considerando-o não como um fenômeno isolado, mas resultado de um processo histórico e das estruturas sociais, aqui nos cabe a construção de uma linha temporal sobre as políticas de cultura no Brasil. Para isso, baseamo-nos nas obras de Rubim (2007 e 2010), onde o autor as analisa em sete períodos no cenário nacional: do Brasil Colônia à República Velha (1530 a 1930); Estado Novo (1930 a 1954); intervalo democrático (1945 a 1964); ditadura militar (1964 a 1985); período de transição e construção da democracia (1985 a 1994); período de implementação do projeto neoliberal no Brasil (1995-2002) e o período do governo Lula com o ministro Gilberto Gil (2003 a 2008)⁶. De primeira mão, detectamos que o Brasil possui, historicamente, uma triste relação de descaso, opressão, esvaziamento e instabilidade na esfera voltada para as políticas de cultura, conforme apresenta o quadro 2:

QUADRO 2 - LINHA DO TEMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Período	Principais características
Brasil Colônia à República Velha (1530-1930)	Políticas culturais inexistentes. Período marcado pelo obscurantismo da monarquia portuguesa negando a cultura indígena e africana e implantando um controle rigoroso e autoritário sob as colônias. Como exemplos, cita-se a proibição da instalação de imprensas, censura a livros e jornais do exterior, impedimento da desenvoltura da educação, universidades etc. Entre o final do século XIX até os anos 30, realizaram-se apenas ações culturais pontuais no cenário brasileiro, dando um enfoque especial na área de patrimônio, mas nada que efetivasse realmente uma política nacional de cultura.
Estado Novo (1930-1945)	Decurso marcado pela industrialização, urbanização, modernismo cultural e

⁶ Como as obras analisadas para a construção da linha do tempo são de 2007 e 2010, não acrescentamos no quadro os períodos posteriores ao governo Lula, mas os discutiremos a seguir.

	construção do estado nacional centralizado. Dois aspectos desse período se destacam na esfera cultural: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, com a presença de Gustavo Capanema. Inovações feitas por Mário de Andrade: estabeleceu uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; pensou a cultura como algo “tão vital como o pão”; propôs uma definição ampla de cultura, abrangendo as culturas populares; assumiu o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e que pertence aos diferentes segmentos da sociedade; patrocinou duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, como modos de vida e de produção, valores sociais, religiões, lendas, mitos, narrativas, músicas etc. Movimento construído pelo ministro Gustavo Capanema: subordinado ao governo ditatorial de Vargas, o estado nacional passou a realizar um conjunto de intervenções na área da cultura, articulando a opressão, repressão e censura. Isto é, a política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro.
Intervalo democrático (1945-1964)	Políticas culturais permanecem com o mesmo cunho ideológico do período anterior. Destaca-se apenas algumas ações pontuais nesse quesito: instalação do Ministério da Educação e Cultura em 1953; expansão das universidades públicas nacionais; Campanha de Defesa do Folclore; a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Movimento de Cultura Popular em 1960, no qual Paulo Freire aparece com o método pedagógico que articula educação e cultura. Entretanto, o movimento foi bloqueado pelo Golpe Militar em 1964.
Ditadura militar (1964-1985)	1964-1968: política cultural associada ao autoritarismo e conservadorismo. Ocorre a passagem da predominância de circuito cultural escolar-universitário para uma dinâmica de cultura midiaticizada, com a instalação da infra-estrutura de telecomunicações e a implantação de uma lógica de indústria cultural. 1968-1974: período mais brutal da ditadura, marcado por violências, repressão e representando um vazio cultural. Há a imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia militar. 1974-1985: A violência diminui e o regime passa a ter algumas iniciativas na área cultural, incluindo até mesmo uma ampliação de investimentos na área. A partir de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) deu início na realização de encontros sobre políticas culturais na América Latina, o que repercutiu no cenário nacional, mesmo com os limites da ditadura. Pela primeira vez se formula no país um Plano Nacional de Cultura (1975) e inúmeras instituições nesta esfera são criadas, como: a criação e o desenvolvimento da FUNARTE (1973), Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), RADIOBRÁS (1976) e Fundação Pró-Memória (1979).
Período de transição e construção da democracia (1985-1994)	Governo José Sarney (1985-1993): criação de órgãos na área, como: Secretarias de Apoio à Produção Cultural (1986); Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987); Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura; Fundação Palmares (1988) e também a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura (Lei Sarney). Disso, no lugar de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos

	fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal. O Estado (aparentemente) cresce, mas o mercado ganha poder de decisão. No governo seguinte, a Lei Sarney foi extinta, mas deu origem a outra lei de incentivo, a Lei Rouanet, em vigência até hoje. Governo Collor de Mello (1990-1992): desmonta-se a área de cultura no plano federal devido ao primeiro experimento neoliberal no país. A cultura é reduzida a uma secretaria e se extinguem inúmeros órgãos, como a FUNARTE, EMBRAFILME, Pró-Memória, FUNDACEN e CONCINE. Governo Itamar Franco (1992-1994): ampliam-se as lógicas das leis de incentivo para o financiamento da cultura no Brasil, na qual se privilegia o mercado. Cada vez mais o recurso utilizado é quase integralmente público, ainda que o poder de decisão sobre ele seja da iniciativa privada. Assim, o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais é corroído.
Período de implementação do projeto neoliberal no Brasil (1995-2002)	O governo de Fernando Henrique Cardoso se revela com a pretensão de substituir o Estado pelo mercado, não escapando disso a esfera cultural. Surge o broche “ <i>Cultura é um bom negócio</i> ” para estimular a utilização das leis de incentivo. A política de cultura, basicamente, voltou-se para o benefício do mercado - ou seja, em outras palavras: o período marcou-se por uma ausência de políticas culturais ativas.
Governo Lula e ministro Gilberto Gil (2003-2008)	Reivindica-se um conceito de cultura mais alargado, dito “antropológico”. Em reflexo, a sociedade brasileira passa a ser privilegiada, não somente os criadores da cultura. O Estado retoma um papel ativo nas políticas culturais e propõe uma revisão das leis de incentivo fiscal. A construção de políticas públicas é denominada pelo ministro como “fazer cultura”, onde se passou a realizar encontros, seminários, câmaras setoriais, consultas públicas, conferências, inclusive culminando com as Conferências Nacionais de Cultura de 2005 e 2010 com o objetivo de romper com a visão elitista e discriminadora de cultura.

FONTE: Rubim (2007, 2010). Organização: a autora.

A partir dessa breve apresentação, observamos que por 400 anos a cultura foi ignorada pelo Poder Público na história brasileira. É somente a partir de 1930 que algumas ações passam a ser feitas, onde podemos considerar Mário de Andrade um pioneiro neste sentido. Em alusão, o autor Rubim destaca o impacto revolucionário de seu experimento, porém, comenta profusas críticas em relação ao seu trabalho, alegando este de carregar uma visão iluminista para a imposição da cultura de elite e alheação com o alto índice de analfabetismo na sociedade brasileira. Contudo, “[...] tais limitações não podem obscurecer a exuberância e criatividade deste marco inicial das políticas culturais no Brasil.” (RUBIM, 2007, p. 16).

Vimos também que houve um declínio nas ações do Estado voltadas para a cultura datado a passagem de Mário de Andrade. As classes dominantes passam a abordá-la a partir de uma perspectiva ideológica, nacionalista e apaziguadora entre os segmentos sociais, desperdiçando sua potencialidade emancipatória. Com isso,

aqui não pudemos deixar de nos recordar de Chauí quando a autora discute sobre o mito fundador.

Conforme sua obra analisada por Souza (2005), a sociedade brasileira é resultado de um mito elaborado pelas elites intelectuais do país. Formou-se uma mentalidade preenchendo o imaginário popular de que o Brasil é parte da realização do plano divino, onde se ignora as questões de cunho político, a luta de classes e se camufla a extrema desigualdade em que vivemos. Observamos o mesmo quando Marx e Engels pontuam que as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes (2007). Aliás, esse fenômeno constatamos inclusive e em especial no período da ditadura militar, no momento em que Rubim nos apresenta o uso da cultura midiaticizada como plano ideológico de manipulação do corpo social.

Apesar de não constar no quadro, um marco importante a ser destacado é a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, sendo esse um dos marcos da redemocratização do país (CALABRE, 2009 apud BRASIL, s.d.) e também a Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 215 o dever do Estado em garantir aos cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos formadores da nossa cultura.

Em 1991 há o restabelecimento da Lei nº 8.313, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e, no artigo nº 25 do Estatuto da Juventude encontramos menção à esta, que nos apresenta que para a destinação de recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC) serão consideradas as necessidades específicas do segmento juvenil em relação à ampliação do acesso à cultura e à melhoria das condições para o exercício do protagonismo no campo da produção cultural (BRASIL, 2013).

Cabe o destaque de que o Pronac, também designado como Lei Federal de Incentivo à Cultura, busca ampliar o acesso à esse campo e a produção cultural em todas as regiões, bem como o apoio, valorização e difusão das manifestações artísticas brasileiras e estímulo à produção cultural como geradora de renda, emprego e desenvolvimento para o país (BRASIL, s.d.a).

Houve também a criação do Programa Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva⁷ em 2004, que teve por objetivo o enfrentamento à exclusão cultural e social e também o estímulo da produção e circulação da cultura local. O público-alvo se deu entre populações com baixo acesso aos meios de produção e/ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e, também, voltou-se para a população juvenil exposta a situação de vulnerabilidade social (BARBOSA, ARAÚJO, 2009).

No ano de 2005 temos o Decreto nº 5.520/2005 responsável por criar o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e, em 2010, a promulgação da Lei 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) para os anos de 2010 a 2020.

Além dos expostos acima, cita-se a realização de três Conferências Nacionais de Cultura (2006, 2010 e 2013) e a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2012 na Constituição Federal de 88, cujo objetivo é a organização da gestão pública cultural de forma descentralizada e participativa, buscando desenvolver políticas públicas culturais, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade (BRASIL, s.d.).

O conflito na esfera cultural durante o governo Dilma se deu em relação à artista Ana de Hollanda, nomeada Ministra da Cultura. Esse período ficou marcado pela proposição de novas pautas, a continuidade em programas anteriores e o enfraquecimento/extinção de outros. Segundo Barbalho (2018), houve um forte movimento de oposição em relação à Ministra – até mesmo internamente – o que refletiu em seu afastamento do cargo no ano de 2012.

Ora, o que se observa entre 2011 e 2012 é um acúmulo de mobilizações e confrontos no e em torno do MinC, relativos a interesses distintos e que se estendem para além do campo cultural, envolvendo outros agentes e reverberando fortemente na mídia nacional e nas redes sociais. Em outras palavras, a gestão de Ana de Hollanda configurou-se como uma situação limite que resultou em rupturas (BARBALHO, 2018, p. 246).

Outra crise é provocada com a extinção e recriação do MinC durante o governo Temer que, conforme nos aponta o referido autor, trata-se da crise que engloba não somente o setor da cultura mas, também, todo o campo político desde o início do segundo governo Dilma.

⁷ Segundo Calabre (2015), o Programa Cultura Viva é o mais estudado do MinC pelas suas inovações na esfera cultural e complexidades.

Ainda na mesma obra de Barbalho encontramos o destaque ao movimento Ocupa MinC, fundamentados na defesa do papel econômico da cultura e também da necessidade de instrumentos públicos que promovessem o setor. Com base nisso (acrescentando ainda a forte mobilização coletiva de negação da legitimidade do governo Temer), houve o recuo na proposta de extinção do Ministério da Cultura.

Em seguida, a passagem de Ministro da Cultura para Sérgio Sá Leitão (ainda durante o governo Temer) foi demarcada pelo seu plano de ação estruturado em cinco pilares: I) choque de gestão em busca da eficiência; II) conjunto de reformas (incluindo a da Lei Rouanet); III) entrega de programas executados pelo Ministério; IV) construção do plano de diretrizes e metas do MinC e V) economia da cultura (BARBALHO, 2018).

Observa-se em sua gestão a conformidade com a política liberal de Michel Temer, onde a cultura foi pensada sempre junto aos valores do mercado. Por fim, nas palavras de Barbalho (2018), a política do Ministro voltou-se à "[...] economia criativa e/ou da cultura e para o fortalecimento da Lei Rouanet." (p. 255).

Chegamos ao governo Bolsonaro. Aqui, acreditamos que o primeiro ponto a dar destaque sobre as políticas culturais nesse período é a redução do Ministério da Cultura a uma Secretaria de subseção do Ministério do Turismo. Isto é, assuntos como a Política Nacional de Cultura, regulação dos direitos autorais, proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, apoio ao Ministério da Agricultura para a preservação da identidade cultural de comunidades quilombolas e o desenvolvimento de políticas de acessibilidade cultural passaram a ser agora responsabilidade do referido Ministério (SORANO, 2019).

A grande problemática nessa questão é que uma Secretaria não possui autoridade simbólica para representar o Brasil na esfera internacional, para além de dispor de menos recursos que um Ministério. Em outras palavras, a autonomia da política cultural é reduzida (TEODORO, 2020). Logo, quais as expectativas podem-se esperar sobre um presidente na área cultural que tira parte da autonomia da política de cultura e diminui seus recursos?

Vemos em de Paula et al (2020) que no início do ano de 2019 a pasta da cultura estava sob comando de Henrique Pires. Entretanto, ele acabou se retirando do cargo sete meses mais tarde após não concordar com a posição do presidente Bolsonaro em suspender um edital sobre produções LGBTQI+ na televisão.

Quem assumiu o seu posto foi Ricardo Braga, mas que se retirou dois meses depois para compor o Ministério da Educação. Em seguida, entra Ricardo Alvim – exonerado do cargo após divulgação de vídeo fazendo apologia ao nazismo. Com a exoneração de Alvim, assume Regina Duarte.

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, o orçamento atualizado para a área de atuação da cultura em 2021 está em torno de R \$1,73 bilhões, enquanto o total de despesas executadas até o momento estão em R \$374,43 milhões. A maior parte destas dizem respeito a gastos com administração geral (R \$273 milhões), e em seguida difusão cultural (R \$172 milhões) (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2021).

Como visto, atualmente a Secretaria Especial de Cultura (SECULT) está estruturada dentro do Ministério do Turismo, e esta divide-se em cinco subseções, sendo a Secretaria Nacional do Audiovisual; Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural; Secretaria Nacional, Fomento e Incentivo à Cultura; Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural; e Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (BRASIL, 2021). Sua estrutura pode ser melhor visualizada na figura 1 e 2:

FIGURA 1 - ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO



FONTE: BRASIL. **Organograma do Ministério do Turismo**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organograma>> Acesso em 21 out 2021.

FIGURA 2 - ESTRUTURA DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA (SECULT)



FONTE: BRASIL. **Organograma.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organograma>> Acesso em 21 out 2021.

Segundo Rubim (2021), a gestão de Bolsonaro tem a cultura como inimiga, assim como a educação, as artes, as universidades públicas e temas relativos às minorias sociais:

No caso da cultura, o governo se caracteriza por agressões às liberdades de criação e de expressão, pelo retorno da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada atuação no sentido de asfixiar financeiramente a cultura (RUBIM, 2021, p. 39).

Isto é: a grosso modo, as palavras que podem resumir o cenário da política cultural durante o governo Bolsonaro são: instabilidade, descaso e autoritarismo. Ainda segundo o autor, o atual presente não visa somente a destruição do conceito crítico de cultura, mas substituí-la por uma perspectiva “[...] visceralmente autoritária e conservadora, terraplanista, com traços de intransigente fundamentalismo religioso e moral.” (p. 46).

Por último, cabe o destaque à importância de se voltar atenção às políticas de cultura, em especial o Plano Nacional de Cultura, as conferências e conselhos, que ultrapassam os períodos dos governos – sendo estes considerados como mecanismos que dão uma certa garantia de continuidade no compromisso com a esfera cultural brasileira, apesar dos diferentes tipos de governança pública.

2.1.1 Políticas culturais no governo do Paraná

Neste item buscamos discutir de forma breve alguns dos importantes componentes das políticas culturais do Paraná, a fim de gerar maior fundamentação teórica para a discussão sobre cultura no âmbito do município de Ponta Grossa/PR.

2.1.1.1 Secretaria da Comunicação Social e da Cultura (SECC)

A Secretaria é constituída enquanto integrante da Governadoria do Paraná, junto aos demais órgãos auxiliares do Governador e que atuam em conjunto na ação governamental e no controle de assuntos prioritários.

As competências da SECC previstas em Lei Estadual (Lei nº 19.848 de 2019) dizem respeito à gestão da comunicação institucional e legal; à promoção e cobertura de eventos proporcionados pelo Governo; ao incentivo, fomento, desenvolvimento e divulgação de uma cultura paranaense cidadã; à gestão do sistema de informação cultural; à formulação e articulação de políticas, programas e projetos de cultura; ao apoio à implantação de redes culturais no Estado, dentre outras (PARANÁ, 2019).

Hoje a Secretaria é composta por um Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial, por um Grupo Administrativo Setorial, por um Grupo de Recursos Humanos Setorial e setores de Comunicação Social, Imprensa e Conteúdos, Marketing e Tratamento de Dados Pessoais (PARANÁ, s.d.).

2.1.1.2 Sistema Estadual de Cultura do Paraná (SEC-PR)

Instituído em 2020 pela Lei nº 20.197, o SEC-PR foi organizado de forma descentralizada, tendo como fim promover o exercício pleno dos direitos culturais e o desenvolvimento humano, além de garantir acesso a serviços culturais a todas as classes sociais. Segundo a Revista Museu (2020), a implementação deste sistema surgiu como demanda dos agentes culturais, artistas e representantes de diferentes setores da cultura durante as Audiências Públicas deste setor realizadas entre maio e julho de 2019, objetivando fortalecer o Sistema Nacional de Cultura.

De acordo ainda com essa revista, outros objetivos que foram levados em conta nesta iniciativa foram o incentivo ao uso de novas tecnologias em processos de arte e cultura, salvaguardar os acervos históricos, promover a cultura da paz, além de estimular os municípios a desenvolverem ações nessa área.

Regido pelo princípio de pleno exercício dos direitos culturais, com liberdade de expressão, criação e fruição, combatendo toda a forma de discriminação e preconceito, além de outros, o Sistema é constituído pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, pelo Conselho Estadual de Cultura, pela Conferência Estadual de Cultura e pela Comissão Intergestores Bipartite, tendo

como instrumentos de gestão o Plano Estadual de Cultura, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE); o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais e o Programa Estadual de Formação e Qualificação na Área Cultural (PARANÁ, 2020).

2.1.1.3 Conselhos de Cultura do Paraná

Dos conselhos de cultura do Paraná, têm-se o Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) e o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (CEPHA). Sobre o primeiro, trata-se de um órgão colegiado integrante da Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC), composto paritariamente por 36 representantes da sociedade civil e do poder público, e objetiva a participação do corpo social na formulação das políticas públicas de cultura do Paraná e constando 19 competências asseguradas pela Lei nº 17.063 de 2012 (PARANÁ, 2012).

Já o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do estado é acionado em casos de encaminhamento solicitando análise, parecer e aprovação (quando for a condição) dos processos de tombamento estadual, devidamente instruídos pela coordenadoria do patrimônio cultural. É composto por dez membros efetivos e dez consultores, onde também atuam em casos de áreas protegidas e propostas para o seu uso e ocupação, para além de opinar em conjunto e com assessoramento das equipes técnicas da coordenadoria do patrimônio cultural no que diz respeito às propostas que interferem nos bens e áreas tombadas (PARANÁ, s.d.a).

2.1.1.4 Plano Estadual de Cultura (PEC-PR)

Este Plano define políticas públicas na área da cultura por um período de 10 anos (2017-2027), onde se assegura o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa e também o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todos os municípios paranaenses, além da inserção desta em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico (PARANÁ, 2017).

O documento foi elaborado por um grupo de trabalho composto por membros do Conselho Estadual da Cultura e técnicos da Secretaria da Comunicação Social e

da Cultura. Ainda, sua criação contou com a consultoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conveniada com o Ministério da Cultura (MINC) – hoje extinto –, para dar orientação na sua formulação (PARANÁ, s.d.b.).

2.1.1.5 Programas e projetos estaduais de cultura no Paraná⁸

Neste tópico cabe o destaque ao Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE), ao Programa Paraná Cultural, ao Programa de Capacitação e Formação em Cultura e também ao projeto Cotidiano Leitor: a leitura nas cidades.

Por meio do PROFICE se possibilita a valorização, produção, difusão, circulação, pesquisa e preservação de bens culturais, bem como a promoção de ações educativas para arte e cultura no Paraná. Este foi instituído pela Lei 17.043 de 2011 e traz as artes visuais, o audiovisual, o circo, a dança, a literatura, a música, a ópera, o Patrimônio Cultural material e imaterial, povos, comunidades e culturas populares e também o teatro como projetos que devem ser enquadrados no Programa (PARANÁ, 2011).

O Programa Paraná Cultural, já em sua terceira edição – regulamentado pela Resolução nº 48/2021-SECC, é responsável por destinar recursos via incentivo fiscal de empresas públicas e/ou de economia mista estaduais a projetos culturais aprovados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura. Para a edição em vigor, o primeiro critério escolhido para seleção dos projetos a participar do Paraná Cultural é a avaliação da relevância e viabilidade das ações previstas para o público infantojuvenil (de 01 a 14 anos) no território paranaense, assim como a criatividade, singularidade da proposta e de experimentação estética do conteúdo do projeto artístico-cultural para o público infantojuvenil – onde se esclarece que o recorte para a infância e juventudes nos projetos tem por vista garantir o acesso à cultura para o pleno desenvolvimento desse público, que é um direito humano fundamental e dever do Estado assegurar (PARANÁ, 2021).

Já o Programa de Capacitação e Formação em Cultura, que atende ao PEC-PR, consiste em um conjunto de ações formativas e de capacitação para profissionais da área cultural, onde se desenvolvem cursos e oficinas artístico-culturais elaborados junto a instituições parceiras. De acordo com o

⁸ Para fins deste trabalho monográfico faz-se uma sistematização sobre a estrutura da política de cultura no estado do Paraná de forma a contextualizá-la e seguir no processo de aproximação ao objeto específico da pesquisa.

website, os últimos três cursos de extensão foram ofertados pelo Programa na modalidade de ensino à distância (EaD) com parceria da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com os temas de fundamentos da cultura, introdução às políticas públicas culturais no Brasil e elaboração de projetos culturais (PARANÁ, s.d.c).

Finalmente, o projeto Cotidiano Leitor: a leitura nas cidades tem por objetivo integrar a leitura à rotina da população paranaense. Foi elaborado com base no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL), tendo como pilar o incentivo à democratização do acesso ao livro, o estímulo do interesse por narrativas literárias, o fomento à economia criativa e a formação de uma sociedade leitora. Suas atividades aconteceram em sete municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais) de julho à dezembro de 2019, no qual mediadores de leitura se dirigiram até as bibliotecas, escolas, centros de juventude, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Socioeducação (CENSES) e outros espaços públicos promovendo ações de rodas de leitura, contação de histórias e oficinas destinadas à crianças, adolescentes, adultos e idosos, principalmente aqueles em vulnerabilidade social no incentivo à se aventurarem pelos livros (PARANÁ, s.d.d.).

2.1.2 POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS JUVENTUDES NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

Na busca de responder às perguntas iniciais feitas na construção desta pesquisa, partimos, portanto, para a investigação da existência de políticas e programas culturais voltados especificamente para as juventudes na realidade brasileira. Ressaltamos que neste tópico a coleta de dados se deu tanto a nível federal quanto estadual.

Analisando o Estatuto da Juventude, o item V do artigo 3 traz como responsabilidade dos agentes públicos ou privados que estão envolvidos com políticas públicas para a população juvenil a garantia de meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre. A cultura também entra como um direito do jovem a partir do artigo 21 ao 25, onde se assinala que compete ao poder

público garantir às juventudes a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; o propício do acesso aos locais e eventos culturais mediante preços reduzidos; o incentivo ao desenvolvimento de atividades artístico-culturais; a valorização da capacidade criativa do jovem a partir de programas e projetos de cultura; a promoção de programas educativos e culturais que se voltem para a problemática do jovem em emissoras como rádio e televisão; a promoção da inclusão digital, dentre outros que envolvem a valorização da cultura camponesa juvenil e garantia de acesso à práticas culturais de jovens portadores de deficiência (BRASIL, 2013).

O Plano Nacional de Cultura (PNC), com vigência entre 2 de dezembro de 2010 até o dia 2 de dezembro de 2020, abrange em seu objetivo número 47 (de 53 ao total) a inclusão de políticas culturais para jovens e crianças em todas as áreas de cultura, como: artes visuais, circo, culturas indígenas, culturas populares, dança, literatura, livro e leitura, moda, música, teatro etc. (PNC, s.d.).

O monitoramento da referida meta realizado no ano de 2019 se deu a partir de quatro indicadores, sendo eles: 1) número de setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); 2) número de planos setoriais elaborados; 3) número de planos com diretrizes, ações e metas que tratam do tema infância e juventude; e 4) número de planos com diretrizes, ações ou metas que tratam do tema infância e juventude. Isso podemos observar na tabela 1:

TABELA 1 - MONITORAMENTO DOS INDICADORES REFERENTES À META 47 DO PLANO NACIONAL DE CULTURA (ANO DE 2019)

Indicador	2010	2019	2020 (meta prevista)
Setores representados no CNPC	19	24	-
Planos setoriais elaborados	7	15	18
Planos com diretrizes, ações e metas que tratam do tema infância e juventude	0	2	18
Planos com diretrizes, ações ou metas que tratam do tema infância e juventude	7	12	-

Fonte: PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Meta 47: 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural com diretrizes, ações e metas**

voltadas para a infância e juventude. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/category/metasp/47/>> Acesso em 28 ago 2021.

Dos indicadores monitorados pelo PNC, o que diz respeito ao número de planos com diretrizes, ações e metas que tratam do tema infância e juventudes foi o que menos prosperou de acordo com a meta prevista para o ano de 2020, que pretendia alcançar 18 planos ao total (100%) mas em 2019 contabilizou apenas 2 (13%). Isto é, nota-se que pouco foi voltada a atenção na criação de um plano com diretrizes, ações e metas em específico sobre infância e juventudes, apenas para planos que contenham diretrizes, ações ou metas para esse segmento.

Vimos no item anterior um pouco sobre o Programa Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, que tem como parte do seu público-alvo a população jovem. Segundo o Ipea de 2010, o programa possui 5 eixos norteadores, sendo eles: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (Mestres dos Saberes) e Escola Viva.

Vale o destaque em relação aos Pontos de Cultura, considerados como eixo central do programa e caracterizados como “[...] unidades de produção, recepção e disseminação culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais.” (IPEA, 2010).

O ponto de cultura é a ação prioritária do programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Para se tornar um ponto de cultura, é preciso que uma iniciativa da sociedade civil seja selecionada pelo MinC por meio de edital público. A partir daí, um convênio é estabelecido para o repasse de recursos, e o ponto de cultura se torna responsável por articular e impulsionar ações já existentes em suas comunidades. O ponto de cultura não tem um modelo único de instalações físicas, de programação ou de atividades. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade (IPEA, 2010, p. 40).

Na tabela 2 constata-se o registro do público preferencial estabelecido pelos Pontos de Cultura:

TABELA 2 - PÚBLICO ALVO DO PROGRAMA CULTURA VIVA: EIXO PONTOS DE CULTURA

Região	1ª opção	2ª opção	3ª opção
Norte	Adolescentes e jovens-adultos	Portadores de necessidades especiais	Estudantes da rede pública
Nordeste	Adolescentes e jovens-adultos	Estudantes da rede pública	Estudantes da rede pública
Centro-Oeste	Estudantes da rede	Crianças	Crianças

	pública		
Sudeste	Adolescentes e jovens-adultos	Adolescentes e jovens-adultos	Crianças
Sul	Estudantes da rede pública	Adolescentes e jovens-adultos	Outros

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cultura viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania.** Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cultura_viva.pdf> Acesso em 27 ago 2021.

Segundo Barbosa e Araújo (2009), do universo que abrange os Pontos de Cultura do ano de 2007, 67,7% afirmaram que seu público é formado por adolescentes e jovens-adultos de forma preferencial, em seguida por estudantes da rede pública (29,7%) e crianças (2,6%).

O Programa, portanto, visa contribuir com o enfrentamento de problemas relacionado às carências de instrumentos e estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local, e também “[...] pode contornar o problema do isolamento das comunidades em relação às novas tecnologias e aos instrumentos de produção e educação artístico-culturais disponíveis em outros meios.” (IPEA, 2010).

Salvo o Cultura Viva, não foi possível encontrar outros programas voltados em especial para o público juvenil, tanto em nível federal quanto estadual.

CAPÍTULO 3

A ARTE E A CULTURA COMO INSTRUMENTOS EMANCIPATÓRIOS NAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA/PR JUNTO ÀS JUVENTUDES

Num primeiro momento neste capítulo realizou-se a aproximação ao campo específico de pesquisa. Logo, enquanto políticas culturais do município de Ponta Grossa, discutimos sinteticamente sobre o Sistema Municipal de Cultura (Lei nº 11.048/2012) e alguns de seus componentes, sendo o Conselho Municipal de Política Cultural (Lei nº 10.718/2011), a Conferência Municipal de Cultura (idem), e também sobre o Plano Municipal de Cultura (Lei nº 13.026/2017).

Num segundo momento de aproximação ao objeto de pesquisa realizamos a análise de conteúdo, que veio a partir da entrevista cedida pelos responsáveis pela coordenação dos setores/departamentos da FMC que possuem ações culturais voltadas para a comunidade. Seguimos, portanto, os passos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – partindo, por fim, às considerações finais deste trabalho.

3.1 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)

O Sistema Municipal de Cultura designa-se em um instrumento para a articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas culturais em Ponta Grossa. É utilizado enquanto meio de informação e também de formação no campo cultural, com a intenção de democratizar processos decisórios e a alcance da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos (PONTA GROSSA, 2012).

A lei responsável por estabelecer o SMC (Lei 11.048/2012) determina 12 princípios norteadores para o planejamento de políticas públicas de cultura em Ponta Grossa. Dentre eles, destaca-se: assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos; universalizar o acesso aos bens e serviços culturais; contribuir para a construção da cidadania cultural; reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no Município; combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza e promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural.

Além disso, a lei assinala o papel do poder público na garantia de todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, que são entendidos como o direito à identidade e à diversidade cultural, o direito à participação na vida cultural, o direito autoral e também o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional (PONTA GROSSA, 2012).

Nesta lei a cultura é vista a partir de suas 4 dimensões: tridimensional, simbólica, cidadã e econômica. Com isso em mente, o SMC estabelece como princípios a valorização da diversidade das expressões culturais; a universalização do acesso aos bens e serviços de cultura; integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; a transversalidade das políticas culturais e a ampliação progressiva dos recursos nos orçamentos públicos para a cultura.

Os componentes do SMC podemos observar na figura 3:

FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA/PR



Fonte: PONTA GROSSA. Lei nº 11.048 de 2012. **Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Ponta Grossa, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2012/1105/11048/lei-ordinaria-n-11048-2012-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-cultura-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias?q=11048>> Acesso em 3 set 2021.

O primeiro componente do SMC trata-se da coordenação composta pelo Órgão Gestor Municipal de Cultura; o segundo diz respeito às instâncias de articulação, pactuação e deliberação, que abrange o Conselho Municipal de Política Cultural, a Conferência Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; dos instrumentos de gestão, estão o Plano Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura; por fim, dos sistemas setoriais de cultura salienta-se o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, o Sistema Municipal de Museus e o Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura (PONTA GROSSA, 2012).

Vale destacar que o SMC também está articulado com as demais políticas setoriais, em especial da educação, comunicação, ciência e tecnologia, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, meio ambiente, turismo etc. (PONTA GROSSA, 2012).

Dado a sucinta exposição sobre o SMC, discutiremos agora alguns de seus importantes componentes conforme apontam os itens a seguir.

3.1.1 Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)

Criado em 1999, o CMPC é considerado como um dos pioneiros do país. Possui a responsabilidade de orientar e fiscalizar ações do poder público no que se refere ao setor da cultura e, também, é de caráter deliberativo – o que significa que suas decisões possuem impacto direto nas políticas culturais do município (PONTA GROSSA, s.d.).

A eleição para conselheiros é realizada a cada dois anos durante a Conferência Municipal de Cultura, sendo composto por 3 representantes do poder público, 5 representantes de instituições e 7 representantes de segmentos culturais⁹.

Compete ao Conselho a orientação à Administração Municipal na implementação da política de desenvolvimento cultural; a prática fiscalizatória da execução das políticas para a cultura no âmbito municipal deliberadas na Conferência Municipal de Cultura; o estabelecimento de normas para cadastros das Entidades de Natureza Cultural; a proposição de critérios para a programação e

⁹ A atual gestão do Conselho (2019-2021) é tem como presidente Fernando Rohnelt Durante,

para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Cultura; a aprovação dos editais de concursos ou de apresentação de projetos a serem realizados com recursos do Fundo Municipal de Cultura; assim como

VI - analisar e aprovar os projetos para a concessão de verbas através do Fundo Municipal de Cultura.

VII - definir diretrizes de ação para a programação cultural e critérios para utilização, acesso ou aproveitamento dos meios culturais disponíveis no município.

VIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

IX - fiscalizar e avaliar a gestão dos recursos do FMC, analisando o desempenho dos programas e projetos aprovados;

X - fazer publicar suas resoluções no órgão oficial de divulgação dos atos municipais (PONTA GROSSA, 2011).

Os Conselhos de Cultura caracterizam-se enquanto importantes instrumentos para a sua democratização, isto é, “[...] são iniciativas que contam em todas as esferas com mecanismos distintos de participação popular” (FUSER, REZENDE, 2012, p. 7). Conforme pontuam estes autores, existe uma necessidade de atenção para essa área e também para compreender o seu papel dentro da estrutura em que vivemos, tendo ainda em mente que, segundo a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, a qualidade de vida é um dos temas mais citados dentro dos objetivos das políticas públicas de cultura.

Portanto, entender a dimensão do CMPC é de grande importância para fomentar a participação popular – tendo em mente suas competências previstas em lei, a democratização cultural e, também, considerá-lo enquanto espaço aberto de discussão sobre a atenção voltada para esse campo (seja do poder público, seja da sociedade).

3.1.2 Conferência Municipal de Cultura

A Conferência possui como primeira de suas atribuições a deliberação de propostas para a política cultural e também das ações prioritárias para a área de cultura a cada ano em Ponta Grossa. Também é responsável por avaliar aqueles projetos que são realizados com verbas do Fundo Municipal de Cultura, definir a cada dois anos os segmentos culturais que serão representados no Conselho Municipal de Política Cultural, eleger os seus representantes bem como os delegados do município para a Conferência Estadual de Cultura, Conferências Setoriais, Conferência Nacional de Cultura e reuniões em nível regional, estadual e nacional que demandem representação do município (PONTA GROSSA, 2011).

Conforme ata da Plenária Final, a última Conferência realizada no município se deu no ano de 2019, na qual participaram 61 pessoas cadastradas – contabilizando artistas, produtores culturais, membros da comunidade, da sociedade civil organizada e do poder público (PONTA GROSSA, 2019).

Dividida em 3 dias, a Conferência contou com a leitura do seu regimento interno, relatos sobre a importância dos conselhos de cultura, apresentações de trabalhos aprovados no I Seminário de Estudos Culturais de Ponta Grossa, apresentação dos indicados aos Prêmios Culturais de 2019, homologação dos representantes indicados pelas instituições do poder público e da sociedade civil organizada para a gestão de 2019 a 2021 do CMPC, a definição dos segmentos que terão representatividade na referida gestão (sendo elas: Artes Populares, Artes Visuais, Cine-Foto-Vídeo, Circo e Dança, Literatura, Música e Teatro) e, por fim, a eleição dos seus representantes (PONTA GROSSA, 2019).

Assim como o Conselho Municipal de Política Cultural, a Conferência é entendida como um instrumento democrático na orientação de debates e discussão sobre demandas prioritárias dos indivíduos. Quanto a isso, no site da Fundação Municipal de Cultura de Ponta Grossa estão disponibilizadas as atas das últimas 13 Conferências realizadas no município – atentar-se à elas nos apresenta a possibilidade de compreender qual o engajamento do município na área cultural e artística, quais as prioridades elegidas e também a aproximação da comunidade junto aos agentes culturais.

3.1.3 Plano Municipal de Cultura (PMC)

Coordenado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e pelo órgão gestor municipal de cultura, o referido Plano define políticas públicas por um período de 10 anos na esfera cultural, norteando-se a partir de 19 metas estabelecidas (PONTA GROSSA, 2017).

São elas: I) implantar integralmente o Sistema Municipal de Cultura, objetivando sua institucionalização e integração aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura; II) fomentar a área cultural por meio de projetos e ações culturais; III) fortalecer o sistema de financiamento cultural, atendendo às demandas de todas as regiões do município; IV) ampliar e adequar os quadros funcionais na área cultural, atendendo às demandas de cada setor nos próximos dez anos; V) criar e implantar

programas de formação e capacitação na área cultural; VI) cadastrar, mapear e diagnosticar os dados do setor cultural; VII) criar, implementar e aperfeiçoar mecanismos de informação e divulgação que atinjam todo o município; VIII) atualizar a cada quatro anos, em parceria com a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Política Cultural, os marcos legais da cultura, visando garantir o direito cultural nos seus diversos aspectos; IX) criar e fortalecer o Sistema Municipal de Museus de Ponta Grossa; X) implantar programa atual de políticas públicas de ações culturais transversais com as demais secretarias, autarquias, universidades, entre outros; XI) apoiar e incentivar as manifestações da diversidade cultural, ampliando a oferta de programas que promovam e protejam as culturas populares, de minorias e de povos tradicionais; XII) estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa, a difusão e o uso do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural; XIII) ampliar políticas públicas de inclusão digital nas áreas urbanas, rurais e em regiões habitadas por povos e comunidade tradicionais; XIV) fomentar mecanismos de investimentos para criação, construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais em todas as regiões do município; XV) implementar programas de formação de público, fomento, divulgação, documentação, descentralização e circulação de bens culturais; XVI) incentivar o intercâmbio artístico-cultural nacional e internacional, facilitando a comercialização, a distribuição e a exibição de bens culturais e artísticos produzidos na cidade; XVII) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia da cultura criativa com o propósito de promover a sustentabilidade da produção artístico cultural do município; XVIII) promover em parceria com a comunidade cultural a instalação de cooperativa de fomento à cultura; e XIX) implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais no Município (PONTA GROSSA, 2017).

E fora essas metas estabelecidas pelo PMC, a Lei que o instituiu (Lei nº 13.026 de 2017) assegura que seus objetivos também são:

- I - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- II - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV - articular políticas públicas de cultura buscando a transversalidade com outras áreas;
- V - fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais;
- VI - qualificar a gestão na área cultural;

- VII - formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
- VIII - qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
- IX - fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;
- X - preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
- XI - criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais (PONTA GROSSA, 2017).

A referida Lei também pontua que compete ao órgão gestor municipal de cultura com a participação do CMPC, especialistas, técnicos e agentes culturais (de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais) o monitoramento e avaliação periódica do Plano a partir de indicadores locais e regionais, que objetivam quantificar a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso à cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais (PONTA GROSSA, 2017).

3.2 APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA: CONHECENDO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA (FMC)

Antes caracterizada como Secretaria Municipal de Cultura, a FMC (instituída pela Lei nº 11.219 de 2013) trata-se de uma entidade sem fins lucrativos de direito público, com autonomia administrativa, financeira e de duração por tempo indeterminado. Tem por objetivos o planejamento, promoção, coordenação, execução e acompanhamento das ações culturais do Poder Público Municipal, assim como fomentar manifestações artísticas e culturais dos mais diversos segmentos presentes na sociedade (PONTA GROSSA, 2013a).

A Fundação possui 21 competências estabelecidas por Lei, tais como: a formulação da política cultural do município; a promoção e estímulo de exposições, espetáculos, conferências, edições, cursos etc. na referida área; o incentivo à participação da comunidade em favor de programas e projetos culturais, com vistas à expansão das atividades culturais na sociedade pontagrossense; a fomentação da produção, circulação e difusão dos bens culturais e dentre outras que envolvem a realização da Conferência Municipal de Cultura e o apoio aos Conselhos Municipais de Políticas Culturais em Ponta Grossa.

Conforme aponta o Regimento Interno da FMC (decreto nº 6.742 de 2013), a entidade divide-se em cinco departamentos e cada qual possui competências próprias. São eles: departamento administrativo, departamento de cultura, departamento de produção artística, departamento de patrimônio cultural e departamento de captação de recursos¹⁰.

A Fundação elabora a cada ano um censo cultural através do departamento de cultura, onde se coletam dados de artistas, produtores, empreendedores culturais, pesquisadores, estudantes etc., buscando sistematizar informações sobre as expressões artístico-culturais. Do censo de 2020, 979 agentes culturais residentes de Ponta Grossa responderam ao formulário disponibilizado de forma on-line entre os meses de abril e novembro. Neste documento foi possível observar que a maior área de atuação cultural no município diz respeito ao setor musical (com 443 respostas), em seguida das artes visuais (228 respostas), teatro (143), audiovisual (122), dança (116), culturas populares (111) e demais. Destes, 442 agentes culturais se declararam enquanto autodidatas, 386 em curso livre, 217 com graduação na área, 166 com curso técnico e 126 com pós-graduação na área (PONTA GROSSA, 2020).

Através de documentos presentes¹¹ no site da FMC constatou-se 5 grupos vinculados à entidade, são eles: Banda-Escola Lyra dos Campos; Coro Cidade; Grupo de Teatro; Meninas Cantoras e Orquestra Sinfônica. Podemos observá-los em síntese no quadro 3:

QUADRO 3 - GRUPOS CULTURAIS VINCULADOS À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Grupo	Ano de criação	Finalidade
Banda-Escola Lyra dos Campos	1952	Promover apresentações para a comunidade e ensinar jovens de todas as classes sociais, visando a formação de novos músicos.
Coro Cidade	2008	Promover o ensino e a prática de música em grupo e a difusão da arte musical.
Grupo de Teatro	2019	Contribuir para a formação de novos atores, atrizes e técnicos de teatro na cidade, fomentando a criação de novos

¹⁰ Ver Decreto nº 6.742 de 2013.

¹¹ A partir desta pesquisa documental visamos apresentar de forma objetiva os programas, ações e projetos da FMC, e posteriormente alguns deles serão abordados novamente na análise dos dados junto aos sujeitos da pesquisa.

		grupos e produções.
Meninas Cantoras	2012	Promover a prática do canto coral e a expressão corporal.
Orquestra Sinfônica	1954	Promover produções musicais na cidade voltadas à música erudita.

FONTE: Fundação Municipal de Cultura. Organização: a autora.

Para além dos grupos culturais, 12 eventos contínuos foram verificados através da pesquisa documental, sendo o Festival Literário dos Campos Gerais (FLICAMPOS), criado em 2012; o Espaço Cultural de Exposição de Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Ponta Grossa (EFAPI); o Festival Expressão Afro, criado em 2018; o Festival Nacional Contadores de Histórias, criado em 2014; o Festival de Música, criado em 2008; o Festival Teatro e Circo em Festa; o Arraiá da Estação (2015); o Mês das Mulheres; PG Memória; Poesia de Ponta; Semana da Cultura e o Sexta às Seis, criado em 1990 (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, s.d.).

Também, enquanto projetos da Fundação, têm-se “As benzedeadas”, que busca conhecer e resgatar a história de vida destas com o objetivo de dar visibilidade à esta prática como elemento do patrimônio imaterial da cidade; o projeto “Constelação”, que leva aulas gratuitas de ballet, dança contemporânea e teatro para comunidades afastadas do centro; o “Esse lugar tem história” que visa aproximar a população dos bens históricos tombados; o “Papo reto”, desenvolvido entre 2017 e 2019, que consistiu na produção de vídeos mostrando um pouco da história, das técnicas e dos pensamentos de artistas moradores do município; o “Radar musical”, que tem por objetivo o licenciamento de obras fonográficas autorais de artistas e grupos pontagrossenses para exibição em formato de podcast e veiculação na Rádio Educativa Cescage 107.7 FM; e o projeto “Sons da terra”, que proporciona o resgate da música brasileira de raiz (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, s.d.).

3.2.1 Percorso metodológico da pesquisa de campo

Devido à pandemia da covid-19 e as restrições de segurança em detrimento da proliferação do vírus, todo o percurso de aproximação aos sujeitos participantes da pesquisa se deu por meio remoto com a utilização da plataforma on-line Google Meet. Enquanto critérios estabelecidos para ela, entramos em contato com o atual

presidente da Fundação Municipal de Cultura para a realização da entrevista e, em sequência, foi pedido para que ele nos indicasse os profissionais responsáveis pela coordenação dos setores/departamentos da FMC que possuem ações culturais voltadas para a comunidade.

Dado isso, os setores participantes foram a FMC em geral (entrevistado 1, presidente da FMC), o setor de Artes Visuais (entrevistada 2), o Conservatório de Música (entrevistado 3), o projeto Banda-Escola Lyra dos Campos (entrevistado 4) e o Departamento de Cultura da instituição (entrevistado 5). Isso pode ser observado de forma mais ilustrada na figura 4, entendendo que o E representa a palavra entrevistado/a, como E1 = entrevistado 1, E2= entrevistado 2 etc.

FIGURA 4 - SETORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA PARTICIPANTES DA PESQUISA



Organização: a autora.

Destes cinco participantes do estudo (quatro homens e uma mulher), todos relataram possuir ensino superior completo – com uma graduação em Serviço Social e os demais nas áreas das artes visuais/música ou afins. Também observamos durante a coleta de dados do perfil destes sujeitos que a média do tempo de atuação na área da cultura dos mesmos se deu entre 20 - 30 anos, dois estão em cargos de coordenação pela primeira vez na Fundação em 2021, dois que já trabalharam em outros cargos e em outros períodos na FMC e voltaram em 2021 e uma que está há 25 anos na instituição.

As cinco entrevistas realizadas via Google Meet foram gravadas e transcritas, seguindo todos os protocolos de segurança do Comitê de Ética em Pesquisa e com

a submissão do projeto ao Sistema CEP/CONEP por meio da Plataforma Brasil (PLATBR) – dando especial destaque à elucidação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes. Para mais, este estudo foi aprovado pela PLATBR sob o parecer nº 5.086.290.

No processo de organização dos dados coletados, seguindo os procedimentos de análise de conteúdo com embasamento em Câmara (2013), utilizamos como rumo três passos: I) pré análise: momento do primeiro contato com os documentos e dados coletados; II) exploração do material: onde foi feita a edição das entrevistas e das anotações realizadas, a enumeração e escolha de categorias e também a sua classificação; e III) tratamento dos resultados: inferência e interpretação: momento de investigação e interpretação dos conceitos.¹²

Finalmente, as categorias de análise foram divididas em: ações promovidas pela Fundação Municipal de Cultura; as concepções da relação: arte, cultura e juventudes; os desafios do trabalho com a arte e a cultura; a ampliação das perspectivas de trabalho da FMC; e, por fim, a articulação com as juventudes.

3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

3.3.1 Caracterização das ações promovidas pela Fundação Municipal de Cultura

Neste tópico destacamos que não é a intenção descrever as ações desenvolvidas de forma mais analítica, pois já constam no item 3.2 deste trabalho, mas traçar uma análise de como estas ações se caracterizam de modo geral sob o ponto de vista dos entrevistados.

Um elemento inicial identificado foi a democratização da cultura foi um dos primeiros elementos a serem observados nas falas dos participantes da pesquisa sobre os objetivos das ações promovidas pela Fundação. Segundo Ander-Egg (1987) apud Souza (2018), o processo de democratizar a cultura significa ampliar o acesso do grande público aos projetos de cultura e à vida artística, consistindo em proporcionar conhecimentos e serviços para diminuir a desigualdade do acesso aos bens culturais.

¹² Na introdução deste trabalho já mencionamos sinteticamente os procedimentos específicos utilizados na pesquisa de campo, mas frisamos esses itens nestes tópicos para dar maior ênfase e esclarecimento em relação ao percurso metodológico.

Aí predomina a ideia de um público consumidor de cultura, receptor de bens e serviços, e se utiliza dos “templos culturais” como lugares privilegiados de realização da ação cultural, com ênfase no direito ao acesso à cultura artística. Mas além do acesso, também pressupõe a produção de um tipo de arte e cultura que se baseia na cultura estabelecida (SOUZA, 2018, p. 99).

Entrelaçamos a discussão sobre o público consumidor de cultura de Souza (2018) junto à fala do entrevistado 1 que, em suas palavras, tem por objetivo “[...] *humanizar o atendimento na cultura, deixando claro que a Fundação Municipal de Cultura não vai atender só aos artistas. Ela tem que atender o povo que consome cultura e principalmente o povo que ainda não consome cultura [...]*”.¹³ Neste sentido, a obra de Almeida (2016) vem como complemento quando a autora analisa os fatores que influenciam o consumo cultural. Elementos como a questão de renda, nível de escolaridade, etnia, gênero e estrutura familiar sobressaem-se nesse ensaio, que “[...] Como a despesa cultural está intimamente relacionada com a escolarização, isto é, os bens culturais que exigem maior capacidade intelectual são restritos às famílias de renda mais alta.” (ALMEIDA, 2016, p. 29).

Ainda segundo a autora, estudos sobre consumo gratuito de cultura são escassos na realidade brasileira, mas que, de um modo geral, diversas cidades compartilham a situação comum de um alto número de indivíduos que nunca participaram de práticas culturais eruditas, ainda que gratuitas.

Nesse quadro, autores como Mantecón e Cancline procuram entender a falta de interesse de determinadas camadas populares pela cultura erudita (ALMEIDA, 2016). A análise feita por Mantecón se mostrou relevante quando a autora discute as barreiras decorrentes do capital cultural que se configuram como impeditivos do consumo de cultura “[...] que criam o que ela denominou de ‘não públicos da cultura’, isto é, aqueles que sentem que não são eleitos para esses tipos de atividades.” (ALMEIDA, 2016, p. 25). Tão logo o hábito de consumir e exercer práticas culturais consiste em formas de desigualdades através da transmissão desta forma de capital.

Pierre Bourdieu é considerado pioneiro na sistematização do conceito capital cultural. Para o sociólogo francês, esse termo trata-se da segunda mais importante expressão do capital, englobando majoritariamente o termo educacional (mas não limitando-se somente a ele).

¹³ Para dar destaque às falas dos sujeitos de pesquisa durante a redação do texto, as suas falas serão apresentadas no modo itálico.

Para o autor, a educação/‘capital cultural’ consiste num princípio de diferenciação quase tão poderoso como o do capital econômico, uma vez que toda uma nova lógica da luta política só pode ser compreendida tendo-se em mente suas formas de distribuição e evolução. Isto porque, o sistema escolar realiza a operação de seleção mantendo a ordem social preexistente, isto é, separando alunos dotados de quantidades desiguais – ou tipos distintos – de ‘capital cultural’. Mediante tais operações de seleção, o sistema escolar separa, por exemplo, os detentores de ‘capital cultural’ herdado daqueles que são dele desprovidos. Ademais, ao instaurar uma cesura entre alunos de grandes escolas e alunos das faculdades, a instituição escolar, geradora do ‘capital cultural’, institui fronteiras sociais análogas às que separam o que Bourdieu denomina “nobreza” e “simples plebeus”. (NEVES, PRONKO, MENDONÇA, s.d., p. 1).

Quando os autores acima citados trazem elementos na busca de entender o motivo da falta de interesse pela cultura erudita de camadas populares, é importante ter em mente que não existe apenas uma forma de cultura legitimada e que, muitas vezes, a baixa aderência de um público aos espetáculos, ainda que gratuitos, deve-se às suas ações realizarem-se unicamente de forma centralizada, em locais distantes e longe do alcance de segmentos mais vulneráveis social e economicamente. Neste sentido, a Fundação Municipal de Cultura tem planejado e executado ações prósperas para possibilitar o acesso à cultura através da sua descentralização e também ressignificação, um ponto importante para desconstruir a visão transmitida pelo capital cultural de que determinado corpo social não é eleito para este tipo de atividade.

“Aqui em Ponta Grossa, não digo que foi intencional, mas acabou acontecendo em algum momento da nossa história que essa cultura foi elitizada. [...] Não posso ter como sinônimo de consumir cultura ir ao teatro na terça-feira à noite para assistir um concerto erudito da orquestra sinfônica. Cultura é muito mais do que isso...” E1.

O entrevistado 1 também ressaltou: *“[...] Acho bem importante a gente destacar que já estamos plantando sementinhas para ressignificar a cultura de Ponta Grossa, uma delas é o Comboio da Cultura [...]”*. Este Comboio trata-se de um caminhão-palco montado para levar atividades culturais para todo o município, assim como, também, nos distritos próximos *“Estamos pensando em todos os cantos da cidade, pensando em levar atividades no Guaragi, Itaiacoca... o que chamamos de descentralização da arte.” E5.*

A título de ilustração, segue a figura abaixo do cronograma do Comboio da Cultura para as atividades do mês de setembro e outubro de 2021:

FIGURA 5 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO COMBOIO DA CULTURA PARA O MÊS DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2021



FONTE: PONTA GROSSA. **Fundação Municipal de Cultura.** Disponível em: <<https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/>> Acesso em 19 nov 2021.

Em sequência, representando o setor de Artes Visuais da Fundação, a entrevistada 2 pontuou, enquanto caracterização de suas ações, “[...] A pedagogia utilizada no meu projeto é muito libertária. Eu trabalho com a fenomenologia e a dialética¹⁴ no trabalho com as crianças. Utilizo muito a questão do desenho livre para conhecer o que eles fazem, e disso eu caminho para o meu projeto de trabalhar com cor, pelo desenho, permeando a vivência de cada um... e aí que eles vão se expressando, se conhecendo e conhecendo suas questões e as elucidando... e adquirindo formações técnicas na construção artística. [...]”. E2.

Importante destacar a fala inicial da E2 quando ela se refere ao processo pedagógico do trabalho com arte. Isto é, o ato educativo que permeia a prática artística de seu projeto, entendendo a pedagogia como um componente integrante da vida social e essencial para a socialização entre os sujeitos através das artes

¹⁴ Dado que a discussão sobre fenomenologia e dialética ultrapassa os objetivos estabelecidos para este trabalho, indicamos a leitura de Lima (2014) e Pires (1997) a fim de compreensão dos termos.

visuais. Segundo Chaveiro (2018), a arte possui função educativa pois é responsável por

[...] levar os indivíduos à percepção dos fatos. A percepção é a relação que o indivíduo faz diante de qualquer fenômeno, visando a construção de um significado. Nós construímos a partir das nossas percepções nas relações sociais uns com os outros (CHAVEIRO, 2018, p. 15).

Essa discussão nos serve para contribuir na desconstrução do imaginário social que vê a arte apenas em sua função recreativa, como uma ação complementar à outras entendidas como mais importantes ou como um preenchimento nos eventos ou festividades (CHAVEIRO, 2018). A fala seguinte da E2 já comprova o discutido: *“Nós trabalhamos a expressão dele [do aluno] na obra, a vivência dele, o que ele tem dentro dele... e através disso que descobrimos a própria história da arte.”*

Em razão do entrevistado 3 ter assumido a gestão no início de 2021, ele apontou alguns de seus objetivos dos quais pretende materializar através das ações do Conservatório de Música da Fundação *“[...] um dos objetivos é levar os grupos de câmara (grupos pequenos de música) para a periferia e mostrar os instrumentos para eles, mostrar o nosso trabalho, e de repente pinçar alguns talentos nesses bairros, estabelecendo alguns mecanismos de levar essa criança lá para o Conservatório para ela desenvolver, de repente que vire até uma profissão para ela [...] a minha ideia é que o Conservatório seja mais formador, que forme os alunos com excelência e que ele chegue na periferia...” E3.*

O entrevistado também citou exemplos de inspiração para o seu trabalho como *“[...] o Conservatório de Heliópolis, uma favela de São Paulo que tem uma grande orquestra... um pessoal muito bom rege lá, e tem também o El Sistema na Venezuela [...] não é apenas um conservatório, é também um lugar de profusão da música erudita, dessas orquestras infantis... e tem vários talentos venezuelanos que estão aí no mundo... Gustavo Dudamel, tem um cara na Filarmônica de Berlim, maior orquestra do mundo... eles têm a orquestra Simon Bolívar que é uma orquestra maravilhosa, a segunda maior da América Latina que só perde para a OSESP aqui de São Paulo. Então eu pego esses exemplos para mim.” E3.*

Com essas falas foi possível observar novamente o foco central da Fundação Municipal de Cultura que é a descentralização da arte, até mesmo da música erudita que, na maioria das vezes, fica restrita apenas aos grandes teatros e suas elites.

O entrevistado 4, por sua vez, caracterizou as ações realizadas pela Banda-Escola Lyra dos Campos como *“[...] uma atividade de convivência e fortalecimento de vínculos entre quem compõe a banda. Falar de uma banda é falar de um conjunto de pessoas, de uma relação onde está todo mundo junto, todo mundo tocando...”*. Com isso em mente, recorremos à obra de Araújo (2015) quando o autor pontua que a prática musical tem grande importância no sentido de fortalecer aspectos psicológicos, cognitivos e sociais dos indivíduos, onde se torna possível combater o isolamento através da capacidade de escuta, organização, coordenação, inteligência auditiva, desenvolvendo pertencimento ao grupo junto com projetos e valores compartilhados (p. 81).

“[...] nosso objetivo através da banda é essa convivência entre eles. Fazer essa socialização, para que eles possam interagir não somente ali na banda mas com toda a sociedade em si. E para o lado de fora também seria o mesmo sentido, que através da música a gente consiga levar uma transformação ou despertar uma curiosidade em querer aprender música...” E4.

Interessante ressaltar a compatibilidade da fala do entrevistado 4 junto ao autor Araújo (2015) que, para esse, a música também oportuniza o desenvolvimento de companheirismo e corresponsabilidade entre quem a pratica, criando a sensação de pertencimento ao grupo, fator essencial na construção de um ambiente para o desenvolvimento de habilidades musicais e de convivência e socialização.

Há uma indicação nas falas dos entrevistados que as ações desenvolvidas pelo seu espaço de trabalho se caracterizam de forma progressista, cujo qual podemos relacionar com a discussão sobre o projeto de Modernidade discutido por Santos (2013) e abordado no item 1.2 deste trabalho, onde a arte e a literatura constituem o pilar da emancipação (da racionalidade estético-expressiva). Notamos com as contribuições dos participantes da pesquisa o seu objetivo de democratização, descentralização e de propiciar a convivência e o fortalecimento de vínculos através dos projetos culturais e artísticos, que vão ao encontro com o princípio da comunidade e com as ideias de identidade e comunhão dos sujeitos presentes no pilar emancipatório estético-expressivo.

Sobre o departamento de cultura, o entrevistado 5 o apresentou como *“[...] o setor responsável pela execução de eventos e de editais de fomento à arte e cultura, assim como a programação dos espaços culturais disponíveis na cidade.”*. Falando pouco sobre as ações desenvolvidas pelo seu departamento, trouxe:

“Existem os eventos que acabam sendo direcionados. O Ria Mais, por exemplo, obviamente... talvez não se pegue todos os públicos ali, mas o Festival de Música Sertaneja nós tivemos avô e neta tocando juntos... então tem lá o pessoal da terceira idade e tem a pessoa jovem tocando, que é exatamente essa função. Isso fica marcado na vida dessas duas pessoas, porque elas tiveram que sentar, selecionar a música que iam tocar, se elas já tocavam juntas ou não... houve uma troca entre essas duas pessoas e isso é fantástico. A gente teve agora o PG Memória também que a gente pôde colocar jovens e adolescentes em contato com o que é a história de Ponta Grossa [...]” E5.

O fomento diz respeito à promoção do Estado de determinadas atividades que resultem em um benefício à comunidade. Portanto, diante da insuficiência da atuação particular, o Estado estimula a realização dessas ações ao invés de realizá-las diretamente (BEZERRA, 2002). Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 abarca o principal fundamento do fomento à cultura, que diz respeito ao artigo 215 (já citado brevemente neste trabalho), dispondo que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Com a intenção de incentivar a participação dos jovens ou iniciantes nesta área nos editais promovidos pelo departamento de Cultura, o entrevistado 5 compartilhou da estratégia elaborada pelo setor: *“A gente criou um edital que era para premiar as pessoas que tinham mais de 10 anos na cultura, como atores, produtores... nós criamos para que os mais jovens tivessem a coragem de entrar no outro edital sabendo que não estariam concorrendo com atrizes mais velhas, produtores mais velhos, sabendo que a produção deles teria muito mais chance de conseguir ganhar. Então a gente pensa também nesse lado de, poxa, por que colocar uma pessoa que está iniciando sua carreira artística agora competindo com alguém que já tem mais de 20 anos de teatro, dança? Foi uma das formas que pensamos para conseguir valorizar essas pessoas que estão começando agora, o jovem artista no caso...” E5.*

Vemos, portanto, que além do fomento à cultura estimular e apoiar a criação artística, ele também objetiva reconhecer e valorizar os artistas e, no caso deste edital acima comentado pelo entrevistado 5, reconhecer e valorizar os artistas jovens.

Buscando organizar o que se sobressaiu nas falas dos entrevistados sobre a caracterização das ações da Fundação, organizamos uma nuvem de palavras elaborada pela plataforma Mentimeter¹⁵ com algumas palavras-chave ditas pelos sujeitos da pesquisa. Segue figura abaixo:

FIGURA 6 - NUVEM DE PALAVRAS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Caracterização das ações da FMC

Mentimeter



Organização: a autora.

Por fim, ressaltamos que as palavras representativas desta categoria analítica se relacionam com a perspectiva de elementos constitutivos da vida social, que são expressivos e que nos levam a considerar que são características da Modernidade – com o seu potencial de contribuir com processos emancipatórios. Fora isso, esses pontos colhidos nos depoimentos entram em harmonia com o que está assegurado pelo Plano Municipal de Cultura de Ponta Grossa, apresentado anteriormente, que estabelece em seu artigo nº 2 o seu principal objetivo: a universalização do acesso à cultura e à arte.

3.3.2 Das concepções da relação: arte, cultura e juventudes

Além de buscar identificar a caracterização dos projetos da Fundação Municipal de Cultura, por meio da visão dos profissionais responsáveis pela coordenação dos setores/departamentos que possuem ações culturais voltadas para a comunidade, objetivamos também conhecer e refletir sobre as suas

¹⁵ Aplicativo homônimo usado para criar apresentações com feedback em tempo real, permitindo a interação entre os participantes e que podem responder ou contribuir através do seu celular ou computador. Disponível em: <https://www.mentimeter.com/pt-BR>.

narrativas da concepção e relação de arte, cultura e juventudes, categorias norteadoras deste trabalho.

Suas falas foram organizadas a partir de dois quadros (quadro 4 e 5) a fim de melhor visualização, presentes a seguir:

QUADRO 4 - DAS CONCEPÇÕES DE ARTE E CULTURA DOS ENTREVISTADOS

Concepções de cultura
“[...] cultura é um instrumento de transformação social , muito mais do que um produto de entretenimento [...]” (grifo nosso) E1.
“Eu entendo que a cultura, em seus vários segmentos, seja nas artes visuais, na dança, na música, no teatro, enfim... faz parte da psique humana . Não tem como separar uma existência sem a cultura, porque tudo que está no exterior é a representação do nosso interior, da nossa formação, dos nossos sentimentos, das nossas visões de mundo [...]. Quando você quer trabalhar, conhecer, trocar com um ser humano , a arte é um instrumento muito importante nesse processo [...]” (grifo nosso) E2.
“Cultura é um tema muito abrangente . Eu não gosto dessas expressões como ‘cultura é música erudita’ ou ‘cultura é teatro de alto nível’... eu não gosto disso. Cultura é qualquer manifestação de representação artística de determinado povo. Não gosto de conceitos muito restritos. Cultura é o grafite na rua, cultura é o artesanato ali da pracinha, cultura é um monte de coisa... ” (grifo nosso) E3.
“Podemos definir a arte como uma forma em que a gente expressa os nossos sentimentos .[...] A cultura a gente poderia definir como um conjunto ideológico de uma sociedade , sendo religiosa, artística, política... então é a vivência social em conjunto . E através da cultura pode se originar a arte. Querendo ou não, cultura e arte estão interligadas de alguma forma [...]” (grifo nosso) E4.
“Definições de arte e cultura são bem complexas . Quando a gente estuda a parte artística, tem muitos teóricos que falam o que é a arte... e na verdade a arte é uma expressão do ser humano . [...]” (grifo nosso) E5.

Organização: a autora.

Em um primeiro momento já foi possível observar a diversidade de interpretações sobre a arte e a cultura dos entrevistados, mas que, também, se complementam. No capítulo 1 discutimos sobre o desafio em conceituar esses elementos a partir da literatura, algo que pode ser observado especialmente a partir das entrevistas 3 e 5, quando se destaca “*Cultura é um tema muito abrangente [...]*” E3, e “*Definições de arte e cultura são bem complexas [...]*” E5.

Relacionamos a fala da cultura enquanto instrumento de transformação social, citada pelo entrevistado 1, à discussão de Gramsci, Thompson e Williams apud Martins (2021), tendo em vista que os autores apresentam a concepção do termo cultura como uma força produtiva, constituinte e constitutiva das relações e, em efeito, como elemento que propulsiona a transformação social. O mesmo pode se dizer da contribuição da entrevistada 2, que discorre sua concepção sobre a

impossibilidade de separar uma existência da cultura, sendo essa parte da psique humana – isto é, constituinte e constitutiva das relações humano-sociais.

Segundo o dicionário, o conceito entretenimento (visto na fala do entrevistado 1) engloba o significado de deter, demorar, iludir, distrair, divertir; já o de transformar diz respeito à dar uma nova forma, tornar diferente do que era, metamorfosear (DICIONÁRIO LAROUSSE, 2004). Infere-se nisso pois é importante frisar a dimensão social da cultura como recurso que pode gerar uma mudança da realidade. A cultura pode perpassar o entretenimento porque ela traz a possibilidade de instrumentalização para a interpretação do mundo que nos cerca e da compreensão da nossa história enquanto sujeitos.

A obra de Barros (2007) se mostra interessante neste contexto quando o autor discute a dimensão tríplice da cultura, que envolve a dimensão política (a cultura é que cria as condições para a vida coletiva, portanto, funda a experiência pública), a dimensão social (a cultura é condição para a cidadania pensada como inclusão e pertencimento) e a condição econômica (a cultura é geradora de renda: empregos, salários e tributos). A mesma obra ainda discorre a relação da cultura e do desenvolvimento, reconhecendo que ela perpassa por todas as esferas da vida em sociedade e possui importância dentro destas.

Reconhece-se que a articulação entre cultura e desenvolvimento se dá primeiramente na dimensão subjetiva e imaterial da experiência cultural. De um lado, afirma-se que é através da cultura que o homem adquire sua condição humana e por outro lado, confirma-se que não há possibilidade de desenvolvimento humano sem valores culturais (BARROS, 2007, p. 6)

Com as falas do entrevistado 4 e 5 vimos a descrição da cultura como uma forma de expressão, aspecto que também trabalhamos no primeiro capítulo deste trabalho. E essa definição do termo é o que o torna ainda mais especial, porque a expressão do ser humano sobre seus sentimentos e visões de mundo revela seu protagonismo e poder de voz. Além disso, cabe lembrar que a expressão cultural e artística – mais do que a representação dos sentimentos de quem a pratica – possui um tempo histórico, como afirmam Serafini e Deitos (2008) e, desta forma, englobam a junção da vida social e política do momento.

Um exemplo disso é a história do samba no Brasil. Nas palavras do entrevistado 4, “[...] *A gente vê o samba ali [...], que era um conjunto de pessoas marginalizadas no Rio de Janeiro e que acabaram criando uma cultura deles, uma arte que é o nosso samba hoje em dia [...]*”. Em complemento a isso, no estudo de

Oliveira (2017) se vê a pontuação do samba como resistência cultural e luta política, isto é, uma manifestação popular que teve como principais protagonistas a população negra e trabalhadora.

Isto posto, inferimos aqui com a demonstração da música de samba “Zumbi”, de Jorge Ben Jor (1974), que relata sobre Zumbi dos Palmares, líder que teve a vida marcada pelas guerrilhas e atos pela liberdade e emancipação dos escravos no Brasil: “[...] *Aqui onde estão os homens / Dum lado cana de açúcar/ Do outro lado o cafezal/ Ao centro senhores sentados/ Vendo a colheita do algodão branco/ Sendo colhidos por mãos negras/ Eu quero ver/ Quando Zumbi chegar/ O que vai acontecer/ Zumbi é senhor das guerras/ É senhor das demandas/ Quando Zumbi chega é Zumbi/ É quem manda. [...]*”.

Destacamos também uma segunda música de samba chamada “Despejo na Favela”, de Adoniran Barbosa (1966), que em sua letra se relata os conflitos ocorridos na década de 60 em São Paulo pelo projeto de urbanização do município, onde moradores da periferia eram despejados de suas casas sem nenhum tipo de auxílio ou aviso prévio (DIAZ, 2021): “*Quando o oficial de justiça chegou/ Lá na favela/ E, contra seu desejo/ Entregou pra seu Narciso/ Um aviso, uma/ Ordem de despejo/ Assinada, seu doutor/ Assim dizia a petição/ Dentro de dez dias/ Quero a favela vazia/ E os barracos todos no chão [...]*”.

Esses foram apenas dois exemplos do vasto leque de expressões artísticas e de cultura que são considerados como manifestações culturais e sociais, de pensamento crítico e, por que não, como forma de resistência. Lembremos das aulas de história durante o ensino fundamental em que os professores usavam de músicas como “Cálice”, de Chico Buarque (1978) ou “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré (1968) para explicar sobre a ditadura militar no Brasil, pois os artistas da época utilizavam da música e das demais artes para expressar resistência ao período. Tão logo, pontuamos: a cultura e a arte também podem ser bandeiras de luta!

A partir dessa discussão, concordamos com Kruse (2021) quando a autora discorre que a luta de classes também se evidencia em manifestações culturais. Ademais, em sua obra encontramos a preocupação da autora com a hegemonia de uma cultura de elite, que através da tentativa de padronização cultural (fazer com que uma única cultura seja considerada cultura – a cultura global – e que tem por

objetivo unicamente atender aos interesses de uma classe dominante), se apaga a cultura local com suas singularidades e manifestações.

[...] a cultura global pode ser entendida como uma caraminhola inventada pelo discurso hegemônico. Tal discurso tenta incutir no sujeito que só existe uma única cultura importante no globo, que é a cultura capitalista. É por isso que a função do Estado em proteger a cultura local e as manifestações culturais se mostra tão importante nos dias atuais (KRUSE, 2021, p. 37).

Relembramos, desta forma, a fala do entrevistado 3, *“Eu não gosto dessas expressões como ‘cultura é música erudita’ ou ‘cultura é teatro de alto nível’... eu não gosto disso. Cultura é qualquer manifestação de representação artística de determinado povo. Não gosto de conceitos muito restritos. Cultura é o grafite na rua, cultura é o artesanato ali da pracinha, cultura é um monte de coisa...”* E3. Por isso se mostra indispensável a valorização da cultura em todas as suas manifestações, dando especial atenção ao enaltecimento da cultura local, como forma de expressão dos sujeitos, de poder de voz, inerente às relações sociais e um importante instrumento para se entender o contexto histórico e político em que vivemos.

Assim, subscrevemos com as falas dos entrevistados a cultura em sua dimensão transformadora e de possibilidade de expressão e protagonismo dos indivíduos, grupos e movimentos. Cultura não é uma coisa só (possui uma dimensão tríplice: política, social e econômica), assim como condiciona a visão de mundo do homem – além de ser dinâmica, longe do imutável (LARAIA, 2002).

Em sequência, a partir do que pode ser observado no quadro 5, destacamos a perspectiva dos sujeitos da pesquisa sobre como relacionam cultura e juventudes, presente abaixo:

QUADRO 5 - AS JUVENTUDES E A CULTURA NA PERSPECTIVA DOS ENTREVISTADOS

Juventudes e cultura para os entrevistados
“[...] Eu tive algumas experiências muito legais em uma época que dei aula de pintura para o pessoal do CENSE. Hoje eu vejo que muitos daqueles adolescentes e jovens que foram meus alunos, que tiveram naquele momento de encontro com a arte um espaço de transformação realmente, não são pintores hoje, não estão produzindo quadros nem nada... mas foi um momento em que eles se sentiram acolhidos. E esse acolhimento eu acho que a arte é o canal mais incrível para que exista [...]. A partir do momento que eu sei que na minha cidade tem uma banda e que eu me orgulho daquilo, eu respeito mais o local onde eu vivo... eu me identifico, eu reconheço a identidade do meu espaço [...]” (grifo nosso) E1.
“[...] Na questão dos jovens [a cultura] é mais que fundamental, porque é quando a gente se expressa enquanto ser humano nas suas mais variadas formas que a gente se torna um ser saudável e participante de uma sociedade [...]” (grifo nosso) E2.
“[...] Hoje o jovem está muito distante da música erudita sobretudo, que é o foco da nossa

instituição [Conservatório de Música]. Isso se deve a vários fatores, um deles é que estamos em um **mundo muito globalizado** [...] hoje você quer se informar e absorver cultura de uma forma muito rápida. [...] Nós temos o mundo dentro do nosso celular. Se eu quero consumir uma música tem que ser uma música rápida porque minha mãe já está me chamando ou porque tenho que ir para a faculdade, trabalhar... então ao mesmo tempo em que temos mais acesso, também temos uma velocidade maior da vida [...]” (grifo nosso) E3.

“[...] a cultura deles [juventude] é voltada para uma questão muito **midiática**. Os jovens hoje em dia tem um acesso muito alto à **internet, comunicação**... [...] (grifo nosso) E4.

“[...] eu vou fazer uns parâmetros com a minha pessoa: se quando eu fosse jovem tivesse internet, eu não sei se eu teria corrido tanto atrás quanto eu tive que correr quando era jovem e estava estudando a arte e procurando arte. Quando surgiu a **internet** a gente pensou que as pessoas poderiam... é que está tudo na mão, tem várias informações ali... quando eu comecei a fazer teatro e me falaram de Stanislavski eu tive que ir até a biblioteca pública da cidade procurar, ver se existiam livros de Stanislavski lá, que foi por onde eu acabei entrando... hoje você digita no YouTube ou em qualquer lugar e você já tem essas informações. Não é generalizar, mas a maioria dos jovens não acaba fazendo esse processo de pesquisar e de ir atrás dessa parte cultural [...] às vezes parece que o jovem não valoriza isso ou nem se interesse por saber o que está acontecendo ali [...]” (grifo nosso) E5.

Organização: a autora.

Numa análise geral, podemos dizer que as falas do entrevistado 1 e entrevistada 2 se complementam, trazendo a arte e a cultura como instrumentos de acolhimento, transformação, identidade e com a potencialidade de fazer com que as juventudes se tornem seres mais saudáveis e participantes de uma sociedade; já os entrevistados 3, 4 e 5 trouxeram a discussão sobre os impactos da globalização e do advento da internet que, de certa forma, podem ter afastado o público juvenil das práticas culturais e artísticas. Também é possível analisar as 5 falas de uma maneira conjunta tal como: o mundo globalizado é um impeditivo para que as juventudes se aproximem da arte e da cultura, mas essas últimas são ferramentas fundamentais na vida do segmento discutido, excelentes canais de transformação, acolhimento e de participação.

Falar sobre globalização nos remete à Milton Santos, que foi um importante geógrafo e professor universitário brasileiro, responsável por escrever diversas obras clássicas na área das ciências humanas e sociais. Nas palavras do autor, a globalização pode ser considerada, de certa forma, como o auge da internacionalização do mundo capitalista, onde termo é estruturado a partir da junção de um novo sistema técnico e político, resumido em “[...] unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada” (SANTOS, 2000, p. 12).

Santos (2000) apresenta que a globalização introduziu um novo sistema técnico porque essa é caracterizada como um elemento invasor. Ou seja, a globalização não permanece somente em um lugar, como o próprio nome já aponta, mas espalha-se (por meio da fragmentação com os atores hegemônicos ou empresas globais) por toda a produção e território.

Assim como assinala o entrevistado 3, a vida ganhou uma maior velocidade. E com isso, para Milton Santos, nos tornamos capazes de conhecer o acontecer do outro de forma instantânea, isto é – com a unicidade do tempo ou convergência dos momentos. Logo, o autor questiona-se: “e quem são os atores do tempo real?” Da resposta, têm-se:

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excelente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso (SANTOS, 2000, p. 14).

Além de pontuar que os homens não são igualmente atores do tempo real, a competitividade, o consumo e a confusão dos espíritos também são elementos discutidos por Santos, estando estes cada vez mais presentes na história do mundo globalizado. Para o autor, a competitividade e o consumo trazem o “emagrecimento moral e intelectual” dos indivíduos, reduzindo suas personalidades e visões de mundo, além de fazer com que se esqueçam da oposição entre ser cidadão e ser consumidor. E com o termo ‘confusão dos espíritos’ Milton Santos faz referência ao discurso ideológico que se transforma em universal através da classe dominante – a universalização de apenas uma ideia como se fosse a ideia de todos – (SANTOS, 2000), aspecto que já discutimos brevemente no item 1.3 deste trabalho.

Essa discussão sobre globalização a partir da fala dos entrevistados e a relação delas com os fundamentos do geógrafo Santos nos trouxe a pergunta: em um mundo globalizado, assustadoramente rápido, onde poucos possuem o controle sobre o tempo real e a maioria é tomada e “invadida” pelo consumo, competitividade e ideologia da classe dominante, em que momento sobra espaço e hora para a arte e a cultura? Um pouco acima mencionamos a preocupação de Kruse (2021) com a responsabilidade e função do Estado em proteger a cultura local e manifestações culturais. A inquietação, contudo, é: nos encontramos neste mundo imerso na globalização e nos ideários neoliberais da classe dominante, onde desafortunadamente o Estado acaba por ser controlado e ditado pelas regras do

mercado (BORON, 2010), que pouco tem demonstrado interesse no que concerne à questões como cultura e arte – tendo em vista que o foco deste é o lucro.

A pergunta ainda se estende pensando nas juventudes. Durante as nossas discussões anteriores (vide item 1.3), nos ancoramos em autores como Scherer (2013), Pereira e Lacerda (2009), Souza (2004) e afins sobre os desafios vivenciados pelo público juvenil em uma sociedade contraditória, fragmentada e de ritmos diferenciados, tornando-os um dos segmentos mais afetados pelas expressões da questão social. Portanto, pensar que as juventudes se encontram afastadas das práticas artísticas e culturais requer uma análise mais profunda sobre suas causas: o que os impede de aproximar-se dessa esfera?

Sabemos que em toda generalização há uma exclusão, logo, cabe admitirmos as duas faces da mesma moeda: a simpatia pelas práticas criativas de expressão não é uma realidade de todo sujeito, mas, também, seria um equívoco alegar que, de todos aqueles que estão afastados da arte e da cultura, nenhum possui interesse nelas.

As profundas transformações do mundo do trabalho, a intensificação das desigualdades sociais, a disparidade de acesso às políticas públicas, os direitos humanos sob ataque dos ideários neoliberais e outros podem ser considerados como uns dos múltiplos fatores que fazem com que as juventudes se ausentem do mundo artístico e cultural. Vimos que essa fase da vida é determinante para a construção e reconstrução de suas identidades, e que autores como Scherer (2013) discutem que, em grande parte dos casos, os jovens ou são vistos como o “mal da sociedade” ou como meramente consumidores (interessante inferir nesse momento que o ser visto unicamente como consumidor suprime o ser visto como cidadão, aquele com seus direitos garantidos e de participação efetiva da esfera social e política); em vista disso, talvez um outro fator que influencie essa ausência é o próprio estigma e falta de incentivo e valorização vivenciado pelos jovens no que concerne à vida artística – daí surge a nossa investigação sobre a oferta de programas, projetos e ações culturais para as juventudes a nível nacional, estadual e municipal.

Retomando o tema mundo globalizado a partir da fala dos sujeitos da pesquisa. Abordamos um pouco sobre seus efeitos colaterais para o segmento juvenil e seu interesse/acesso à cultura, como a alta velocidade da vida e de informação, a alienação causada pela ideologia dominante e afins. Contudo, a tese

de Sousa (2010) nos apresenta um outro lado da discussão: sua pesquisa buscou identificar e analisar elementos socioculturais das práticas artísticas dos jovens junto ao fenômeno da globalização, onde observou-se que a integração das tecnologias e o acesso à internet e informação também possibilitam uma maior difusão daquilo que é cultural e simbólico entre esse segmento.

Logo, o celular, o computador e a internet foram assinalados como elementos importantes para que mantenham contato com outros grupos artísticos, conhecendo novas práticas e desenvolvendo suas técnicas. Nas palavras da autora, os jovens “[...] mesmo estando longe dos centros de poder, conseguem se conectar ao mundo” (p. 102), do qual esses espaços de comunicação, por efeito do mundo globalizado, geram mudanças significativas no mundo artístico e cultural que esses sujeitos se encontram.

Finalizamos esta categoria ressaltando a importância do incentivo à cultura e arte para os jovens pois, num cenário caracterizado pelo avançar das políticas neoliberais de retirada do Estado das políticas culturais e de procura incessante pelo lucro, e ainda considerando todos os desafios aqui pontuados sobre a vivência juvenil na contemporaneidade, lutar e valorizar aquilo que é parte do seu mundo simbólico e cultural pode ser considerado como um sinônimo de resistência. E como pontuam os entrevistados 1 e 2, a arte também é um espaço de transformação e canal de acolhimento para as juventudes, além de ser fundamental para a expressão saudável do ser humano.

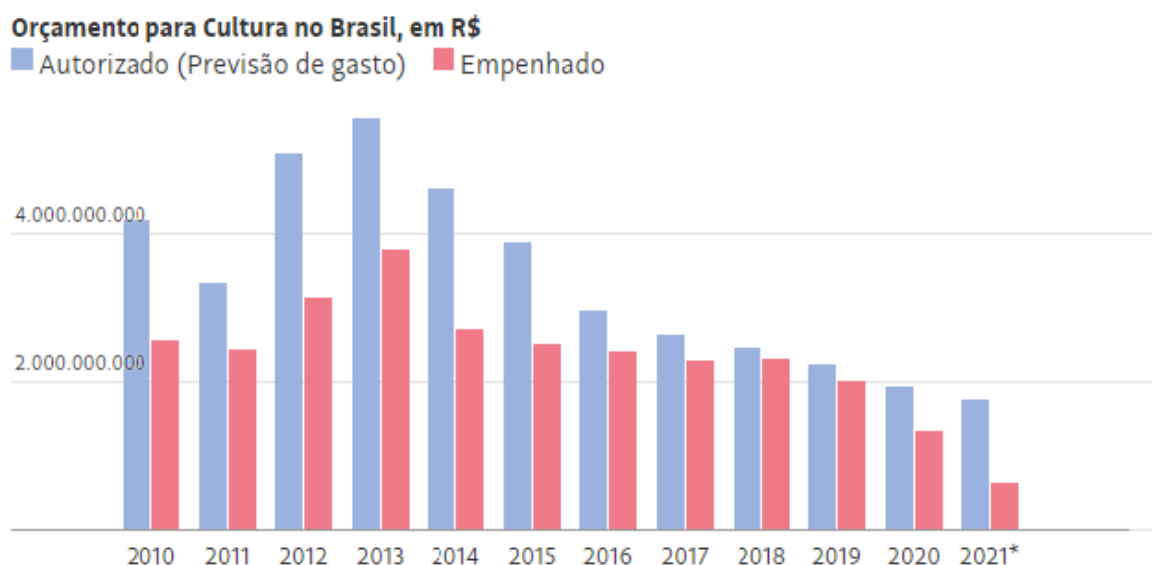
3.3.3 Os desafios do trabalho com a arte e a cultura

“[...] Eu faço teatro há 20 anos e nas minhas primeiras apresentações em escola o diretor perguntava ‘quem nunca foi ao teatro?’ e todos levantavam a mão... e dois anos atrás eu fiz uma peça numa escola e foi perguntado ‘quem nunca foi ao teatro?’ e todos continuaram levantando a mão... então, quer dizer, não mudou-se nada nesses 20 anos...” E5.

Optamos por iniciar o presente tópico com a fala do entrevistado 5 pois acreditamos que ela bem representou um dos principais desafios do trabalho com a cultura: a escassa valorização da área e o baixo orçamento destinado para programas e projetos culturais no Brasil.

Na revisão de literatura deste trabalho vimos que o Brasil carrega um longo histórico de desconsideração com o setor cultural, o que justifica grande parte do cenário vivenciado em relação a esta área nos dias atuais: em que pese a questão da verba, segundo Moura (2021), a cultura perdeu metade de seu orçamento federal nos últimos 10 anos e segue em queda. Em 2011, o setor recebeu o valor de R\$3,34 bilhões; já em 2021, a cultura teve o valor previsto de R\$1,77 bilhões. Para Célio Turino, ex-secretário da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (entre 2004 a 2010), durante o governo Dilma a cultura perdeu seu valor estratégico que continha durante o governo Lula, o que se intensificou ainda mais durante a governança de Temer, considerando as políticas de austeridade e de teto de gastos. O ex-secretário também pontuou a atual guerra cultural vivenciada no governo de Jair Bolsonaro, do qual muito se tem feito através do Poder Público de ataques às artes e à cultura, visando sua destruição (MOURA, 2021).

FIGURA 7 - GRÁFICO DO ORÇAMENTO DESTINADO PARA CULTURA NO BRASIL ENTRE 2010 A AGOSTO DE 2021



FONTE: FOLHA DE S. PAULO. **Cultura perde metade de seu orçamento federal na última década e segue em queda.** 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/cultura-perde-metade-de-seu-orcamento-federal-na-ultima-decada-e-segue-em-queda.shtml#:~:text=Em%20dez%20anos%2C%20o%20or%C3%A7amento,federal%20caiu%20quase%20pela%20metade.&text=J%C3%A1%20neste%202021%2C%20quando%20a,R%24%201%2C77%20bilh%C3%A3o.>> Acesso em 26 jan 2022.

A figura 7 já ilustra o desafortunado cenário que a área da cultura vivencia no país. É curioso observar a diferença entre o valor que é destinado (gráfico azul) com o valor realmente empenhado (gráfico vermelho) no setor. Analisando essas constatações junto com o quadro número 2 do segundo capítulo do estudo, no qual

realizamos uma linha do tempo das políticas culturais no Brasil, entendemos que esse descaso trata-se de um fenômeno histórico no país e que, conforme alguns governos, se acentua ou apenas se estabiliza. Mais uma vez, torna-se visível o lugar que a cultura ocupa na agenda política.

Quanto à realidade do município de Ponta Grossa, nas palavras do entrevistado 1, *“[...] Aqui em Ponta Grossa a cultura tem um orçamento de quase 11 milhões por ano e isso dá menos de 1% do orçamento anual da prefeitura toda. A gente tem um demérito da cultura [...] Eu particularmente acho que alguém ganha para que a cultura seja fraca. No submundo brasileiro é extremamente cômodo que a cultura e a educação sejam desvalorizadas porque o público fica menos crítico...”*.

A cultura, como visto, tem o potencial de transformar realidades e fazer com que os homens se aproximem, se expressem, entendam o mundo que os rodeia e se entendam também. E bem como pontua o entrevistado 1, é muito cômodo que ela seja desvalorizada se vivemos em um sistema regido cegamente pela obtenção de lucro, através da exploração e dominação dos sujeitos sem que estes se entendam como cidadãos.

O que aflige mais ainda é reconhecer a semelhança entre as falas dos demais participantes da pesquisa sobre essa categoria. A entrevistada 2, comentando sobre o Setor de Artes Visuais da FMC, pontuou: *“[...] As artes visuais não são uma questão forte local, então foi dado atenção para outras necessidades... a arte ficou mais uma coisa de... por exemplo, muitas pessoas dizem ‘ah, se não tem o que fazer, vai fazer arte’ e não é por aí, mas eu acho que tinha isso no inconsciente de algumas pessoas... que arte é algo que não há tanta necessidade assim [...]”*.

Compete-nos aqui destacar que entendemos que a questão da saúde, do alimento, habitação ou saneamento básico, por exemplo, possui maior prioridade do Poder Público no atendimento às necessidades da população, e isso é algo que jamais será questionada a importância. O nosso ponto é: conhecendo o grande potencial que a cultura e a arte possuem para a mudança social, intriga-nos o total esquecimento desse setor pela governança brasileira – ou pior, a tentativa de extinção ou fragmentação dele. E assim como compôs a artista Marisa Monte na canção denominada “Comida” (1989), *“[...] A gente não quer só comida/ A gente quer comida, diversão e arte/ A gente não quer só comida/ A gente quer saída para*

qualquer parte/ A gente não quer só comida/ A gente quer bebida, diversão, balé [...]”.

Quanto à fala do entrevistado 3, tratando das dificuldades em trabalhar com a música, *“[...] o músico para se manter num grau de excelência artística demanda muita energia, muito tempo de estudo, um trabalho meticuloso... ser músico não é fácil e no Brasil menos ainda. Nesses tempos de crise de 2017 até agora, que tivemos tempos de austeridade fiscal e todos os governos com tetos de gastos, forçando um pouco a contenção de gastos do Estado... as nossas orquestras brasileiras são primordialmente estatais, então houve diversos cortes... o músico vive uma luta no Brasil.”*. Além dessas pontuações, o participante 3 trouxe o estigma de quem trabalha com arte sofre, *“[...] O músico em si é muito marginalizado, você sempre ouve ‘ah, mas você não trabalha, só se diverte’ e não é bem assim...”*.

Esse último ponto traz um elemento interessante a se refletir. De fato, não é incomum ouvir que aqueles que fazem da música ou das demais atividades artísticas como trabalho não trabalham de verdade, ou que são “preguiçosos” por não ocuparem os cargos mais tradicionais. E discutimos anteriormente neste trabalho sobre o estigma sofrido pelas próprias juventudes, que são “rebeldes”, “descompromissados”, “desinteressados”, “irresponsáveis” e outras conotações negativas. Considerando tudo isso, nos vem a indagação: e como o jovem artista é visto pelos demais?

Encontramos a dissertação de Almeida Prado (2019), que teve por objetivo analisar a temática das relações de trabalho estabelecidas entre jovens, com faixa etária entre 25 e 29 anos, no campo artístico cultural. Dos resultados do seu estudo, um dos participantes assinalou o preconceito que sofre para a aceitação e legitimação de seu trabalho cultural que advém da periferia urbana; outras afirmações, em unanimidade, envolveram a ausência de vínculo empregatício formal, representando o contexto precarizado que os jovens artistas se encontram na realidade brasileira. Questões como pouco financiamento, falta de reconhecimento, de políticas de fomento, consumo consciente da arte e cultura, ausência de estabilidade financeira, aceitação ideológica, condições de trabalho e o mercado fechado para artistas iniciantes também foram presentes nas falas dos participantes da pesquisa da autora.

Com esses fundamentos, julgamos não ser difícil imaginar o descrédito sofrido pelas juventudes que trabalham com a arte e a cultura. Mas este é um elemento a ser analisado com maior profundidade em pesquisas futuras.

Voltando aos sujeitos da nossa pesquisa, o entrevistado 4, por sua vez, como regente da Banda-Escola Lyra dos Campos, deu ênfase em primeiro lugar nos desafios vivenciados durante a pandemia, que envolveram a elaboração de novas estratégias para que a banda continuasse praticando na mesma medida em que se fazia extremamente necessário o distanciamento social: *“Quando você fala de uma banda é todo mundo tocar junto, é um conjunto ao mesmo tempo... [...] Eu utilizava até o Meet para fazer os encontros [...] mas foi sempre complicado por causa da latência, não tinha como fazer todos tocarem ao mesmo tempo e todos se escutarem ao mesmo tempo... então você dava uma nota e às vezes demorava alguns segundos para chegar para outra pessoa... bem complicado. Foi um desafio grande e eu não via quase nada de retorno em questão de evolução de aprendizado musical [...]”*.

O E4 também apontou a falta de reconhecimento como um desafio, *“[...] Outra dificuldade, para além da pandemia, é a valorização da nossa cultura em si. Nós não somos muito reconhecidos pelo nosso trabalho.”*, elemento esse que se fez presente nas falas dos demais participantes. Fora isso, um terceiro item pontuado pelo entrevistado foi: *“As dificuldades são grandes na manutenção dos instrumentos, porque querendo ou não, a manutenção é uma coisa muito cara e a gente sabe que a nossa Fundação tem que atender várias áreas, não pode apenas focar na gente... então as dificuldades são a questão de materiais, instrumentos... tem materiais que mês a mês você tem que trocar, que são as palhetas dos instrumentos. É um gasto. A gente ganhou da FUNARTE¹⁶ em junho [2021], que a gente foi buscar lá em Curitiba, um sousafone¹⁷ no valor de 15 mil reais, uma trompa no valor de 10 mil reais e um sax tenor¹⁸ no valor de 6 mil reais. Se fosse para a gente tentar comprar, seria um valor muito alto... é muito caro.”*.

Entrelaçando essa fala sobre o alto valor da manutenção e compra de instrumentos junto aos dados aqui apontados sobre a queda contínua do orçamento

¹⁶ Fundação Nacional de Artes, ligada ao Ministério da Cidadania. Órgão responsável por atuar em todo o território nacional visando o desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, música, teatro, dança e circo.

¹⁷ Instrumento de sopro da família dos metais.

¹⁸ Instrumento de sopro, de palheta simples, da família das madeiras.

federal destinada ao setor cultural, é preocupante ao extremo pensar o destino que a arte e a cultura possuem em nosso país. São afirmações que cada vez mais comprovam a guerra cultural na contemporaneidade brasileira.

Além da fala inicial deste tópico aqui apresentada pelo entrevistado 5, ele também pontuou como desafio a questão do acesso à cultura e arte que, em suas palavras *“[...] Sem contar que quando tem acesso é muito caro. Aqui em Ponta Grossa teve o show do Paralamas mas estava 180 reais... o cinema, 30, 40 reais, a pessoa que tem 2, 3 filhos vai ficando...”*.

Julgamos pertinente pontuar que a questão do acesso ao cinema durante o governo Bolsonaro é algo que vem recebendo diversas críticas pela mídia e por pesquisadores da área. Nesse sentido, segundo Oliveira (2020), desde o início do mandato o presidente vem desencadeando ações de censura ao cinema nacional, com o desmonte da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), além do projeto de lei que prevê o corte de 43% de fundo do audiovisual (BRANT, URIBE, 2019) e da tentativa de pôr um fim na meia-entrada de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos carentes nos cinemas e demais espetáculos culturais (GUAGLIANONE, 2020).

Dando sequência sobre a questão do alto custo do acesso à eventos artísticos e culturais, o entrevistado 5 apontou: *“[...] aí precisa vir o Poder Público para fazer projetos que facilitem o acesso, nem que seja um caminhão passando com atividades na frente da casa das pessoas...”*, fazendo referência ao projeto Comboio da Cultura elaborado pela FMC (vide item 3.3.1), que visa justamente a descentralização da cultura e sua democratização. Agora pensemos quantos mais outros projetos fantásticos como esse poderiam ser uma realidade dos municípios brasileiros se não houvesse tantos cortes neste setor! Portanto, este é um dos maiores desafios em se trabalhar nesta área, um problema histórico-estrutural em que a cultura sempre se encontrou em maior desvantagem em relação aos demais setores.

Após essa reflexão, concluímos a presente categoria de análise com a fala também do entrevistado 5, que traz um complemento às fundamentações aqui pontuadas dos desafios em trabalhar com a cultura: *“[...] A arte às vezes é mal vista por alguns governos, seja ditaduras ou quem for porque a arte é libertadora, ela te dá voz. Quando você começa a fazer um curso de teatro, você começa de repente a*

tocar um violão ou a compor, descubra que você pode ter voz, você pode falar [...]
E5.

3.3.4 Ampliação das perspectivas de trabalho da Fundação Municipal de Cultura

Através deste tópico buscamos entender objetivamente a caracterização dos setores da FMC através dos olhares dos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, no quadro 6 organizamos as falas sobre o que os entrevistados pontuaram de ampliação de perspectivas de trabalho da Fundação, como se observa abaixo:

QUADRO 6 - AMPLIAÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE TRABALHO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Da opinião dos entrevistados sobre o que poderia ser ampliado em termos de políticas, ações e perspectivas da Fundação Municipal de Cultura
“Para o ano que vem [2022] nós vamos lançar um projeto chamado Satélite Cultural [...] Então o Satélite vai contratar articuladores culturais, provavelmente 40, que são pessoas que têm domínio e que vão fazer uma prova para mostrar que sabem ensinar o seus saberes... Nós fizemos um mapeamento dos bairros que possuem associação dos moradores para levar oficinas de dança, como balé, hip hop, dança de salão [...] essas oficinas irão durar um ano e neste ano nós vamos avaliar que, por exemplo, o Joãozinho lá do bairro Santa Monica tem um potencial natural ou interesse grande em estudar flauta doce. Então esse aluno será encaminhado para o conservatório temático musical onde ele irá fazer esse projeto formativo, e no bairro dele as oficinas vão continuar acontecendo também... E se avaliarmos que determinado bairro demonstrou muito mais interesse em oficina de balé, nós vamos manter essa oficina de balé... assim vamos estar produzindo cultura nos bairros. É um projeto grandioso e bem bacana porque vejo que as pessoas estão carentes de acesso a essas oficinas. É muito difícil uma criança carente vir fazer aula de desenho aqui no Ponto Azul se for parar para pensar na passagem de ônibus de ida e volta e ainda mais de seu responsável.” E1.
“[...] Uma coisa que eu espero que aconteça é o restauro de obras que precisam ser mexidas. Isso é importante porque são obras que trazem a história de outros tempos daqui de Ponta Grossa, que precisam ser guardadas com bastante atenção. [...] Eu recebi uma visita essa semana de um senhor muito simples que foi levar umas fotos de um trabalho da filha dele que tem uma deficiência, e é um trabalho muito interessante. Foi muito legal. Até quero propor à minha chefia de termos um ambiente para expor essas obras que a moçada faz em casa, que não são artistas de renome... mas moçada mais como essa garota [...]” E2 (grifo nosso).
“Uma coisa que eu desejo muito para o Conservatório é comprar instrumentos.... o aluno que vem lá da periferia não tem condição de comprar instrumento. Ele não consegue nem chegar no Conservatório pelo preço da passagem, imagine comprar instrumento... então essa é uma das minhas prioridades. E também que o Conservatório seja essa mistura de um lugar de excelência e que seja uma oportunidade de formar melhor o cidadão, uma oportunidade de ser profissional... a música erudita é difícil de chegar ao nível profissional mas é possível, então o projeto social é capaz de dar essa oportunidade ao aluno... e que o Conservatório seja reconhecido como isso, um lugar de convergência, de transformação social...” E3 (grifo nosso).
“Acho que para a banda nós teríamos que ter muito mais oportunidades para novos integrantes. Nós temos um número máximo que são 65 músicos executantes, e temos a escolinha da banda onde a gente atende até 100 crianças. Eu acho que se a gente conseguisse abranger, abrir mais vagas... só que isso é um custo também porque cada integrante da banda recebe uma bolsa que varia de seu nível... [...] nessa gestão está sendo muito bom porque a gente

está fazendo a **democratização do acesso à cultura**, a gente está indo onde nunca chegou. Essa é uma perspectiva que eu acho que daqui alguns anos nós vamos ter um retorno muito significativo, **não é do dia para a noite que você vai conseguir transformar uma comunidade ou não, ou levar eles para a cultura... mas eu acho que esse processo ao longo do tempo vai ter um retorno bem bacana [...]** E4 (grifo nosso).

“A verba! [risos]. Se tiver verba a gente amplia... [...] Nós temos vários projetos ainda, eu estou completando 8 meses de Fundação, o Beto indo para 11 meses e ainda dentro de uma pandemia, então nossos projetos são tanto para o bairro quanto para a parte central. Estamos pensando em todos os cantos da cidade, pensando em levar atividades no Guaragi, Itaiacoca, Santa Mônica... o que chamamos de **descentralização da arte** [...] Conversando com uns artistas de teatro vimos que muitas vezes a culpa de não termos um público fiel e fixo na cidade é culpa do próprio artista. **Nós não queremos cometer esse erro de de repente levar uma atividade que mais assuste do que traga para perto.**” E5 (grifo nosso).

Organização: a autora.

De um modo resumido, o que foi destacado pelos entrevistados é o ampliar ainda mais a democratização e descentralização da cultura, produzindo-a nos bairros; o restauro de obras do setor de Artes Visuais; abrir espaço para expor produções de artistas iniciantes; a compra de novos instrumentos musicais; o reconhecimento de seu setor como um espaço de transformação social; disponibilizar mais oportunidades para novos integrantes da Banda-Escola Lyra dos Campos e, por último e não menos importante, a questão da verba, bem como atrair mais pessoas para que se tornem consumidores de cultura e arte local.

Vemos que cada ponto trazido pelos participantes é extremamente válido, dando início ao lançamento do projeto Satélite Cultural, que representa mais uma vez o objetivo da FMC em democratizar e descentralizar a arte e a cultura no município. A importância do restauro de obras, grandes elementos para se entender e valorizar a cultura de Ponta Grossa e a sua história... assim como abrir espaço para a exposição de produções de artistas pouco conhecidos da cidade – quanta riqueza nestas perspectivas!

Relembramos neste momento a obra de Almeida Prado (2019), no qual se encontra a fala de jovens artistas e os desafios postos àqueles que estão no início de sua carreira. Nesse sentido, reconhecemos a dimensão que possuem os projetos que visam fazer com que estes ocupem espaços para que mostrem suas produções artísticas e culturais.

Prestando atenção aos termos como “transformação social”, “democratização”, “descentralização” e afins, presentes nas falas dos entrevistados, percebemos como os profissionais dessa instituição compartilham da visão renovadora sobre arte e cultura, enxergando seu potencial progressista – que nos

remete a pensá-las como, realmente, instrumentos emancipatórios. Assim como pontuamos no primeiro capítulo, tratam-se de uma ruptura molecular que, dentro da totalidade, podem contribuir com o processo de emancipação política de quem as consome e/ou as usam como meio de trabalho.

3.3.5 O espaço de trabalho da Fundação e a articulação com as juventudes

Considerando o potencial transformador da arte e da cultura junto ao potencial que as juventudes carregam para mudanças sociais, neste tópico tivemos o objetivo de entender como os participantes da pesquisa percebem a potencialidade de seus setores para o trabalho junto com o referido público. Em um primeiro momento, o entrevistado 1 pontuou: *“Eu acho que nós não temos algo que seja 100% destinado para uma faixa etária específica. Mas eu acho que a gente tem tentado falar uma linguagem que jovem ache legal... de uma forma simplificada. [...]”*, o que já responde a nossa indagação inicial sobre a existência de algum projeto que seja voltado unicamente para o segmento juvenil através da FMC. Vemos ainda que, apesar disso, ações vêm sendo planejadas pela instituição para que chamem a atenção do público jovem, incentivando sua participação, e esse é um ponto que foi observado também nas falas do E3 e E4:

“[...] Se você volta há 20 anos no Conservatório, na Banda Lyra... existiam muito mais adolescentes e jovens lá. Eu acho que é um caminho de duas mãos, eu acho que é levar a arte até esse público, mas também tocar um pouco do que o público gosta [...] Então há maneiras de atrair o jovem de acordo com as coisas que ele já gosta...” E3.

“[...] Sobre os jovens, eu acho que trabalhando um repertório bem eclético, levando vários estilos e várias músicas a gente tem um retorno bem significativo. Tocando algo que a juventude gosta automaticamente você desperta o interesse dela. Então nosso objetivo é mostrar que com a nossa banda você pode aprender música, saber de música e ainda tocando o que você gosta. Eu acho que há esse impacto para o jovem...” E4.

Conforme discutido anteriormente, as juventudes representam muitos potenciais, ao contrário do que é pensado pelo imaginário social carregado de estigmas e preconceitos. Elas carregam consigo um momento rico de sociabilidades, com sede de mudanças e, em grande parte das vezes, são

protagonistas dos movimentos sociais. Desta forma, há uma grande dimensão no incentivo à sua participação em todos os setores da sociedade. Isto é: o quanto as juventudes ainda podem florescer mais quando são motivadas. É a partir disso que se demonstra a importância e o compromisso que o Poder Público carrega na formulação de políticas públicas para esse segmento.

Na última parte do capítulo 2 deste trabalho investigamos a existência de políticas culturais destinadas aos jovens no Brasil. Vimos que o Estatuto da Juventude apresenta no item V do artigo 3 o encargo dos agentes públicos e/ou privados a garantia de meios e equipamentos que promovam o acesso à produção cultural, assim como, no artigo nº 21, a responsabilidade da governança pública no incentivo aos movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico (BRASIL, 2013). Contudo, de políticas culturais para as juventudes nas últimas duas décadas a nível federal e estadual (vide item 2.1.2), constatamos apenas o Programa Cultura Viva.

Essas pontuações são importantes dado o entendimento que o município também é um reflexo das políticas federais. Tão logo, iniciativas como as pontuadas pelos entrevistados – para o incentivo à participação dos jovens em suas ações – são vistas como muito significativas.

Através de igrejas também é possível identificar o desenvolvimento de estratégias para atrair e manter os jovens em suas práticas, na qual grande parte destas e de movimentos religiosos se comprometem em estimular atividades neste sentido e criam grupos específicos de jovens em suas entidades. Um exemplo disso é a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), organizada pela Igreja Católica, que se trata de um evento internacional que ocorre regularmente nas dioceses católicas desde a década de 80, instituída pelo Papa João Paulo II (MARIZ, MESQUITA & ARAÚJO, 2018).

No ano de 2013 a JMJ foi sediada pelo Rio de Janeiro, e o evento englobou também diversas atividades de cunho artístico, cultural e turístico, segundo Gonzales e Mariz (2017). As autoras pontuaram ainda que ao fim da Jornada foram gerados aproximadamente 1,8 bilhão de reais na economia do município, além de bater o recorde na missa final com 3,7 milhões de pessoas espectadoras na praia de Copacabana e o registro de peregrinos de mais de 175 países. Desta forma, observamos que o incentivo e reconhecimento da beleza e potencialidade dos jovens provém (e deve prover) das mais variadas esferas, até mesmo considerando

o vasto leque de discursos providos de papas fazendo um apelo para responsabilidade das juventudes com o futuro das nações, assim como para o cultivo da cultura de paz (FERNANDES, 2017).

Deste modo, o Estado não pode se isentar das iniciativas na formulação de políticas públicas para o segmento e nem deixar somente à cargo de outras organizações, dado que essa é uma responsabilidade do Poder Público assegurada pelo Estatuto da Juventude e demais documentos legais. Além disso, um outro ponto indispensável neste momento é dar o devido destaque à importância que carregam as Conferências Municipais de Cultura junto ao Conselho Municipal de Política Cultural nesta articulação.

Para tanto, o estímulo à participação dos jovens nas ações culturais deve estar alinhado ao estímulo à participação desses nas Conferências e no CMPC, pois são instâncias representativas e de natureza democrática – ou seja, são espaços verdadeiramente abertos à discussão e fomento para a formulação de políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas no setor cultural e que podem despertar a consciência da sociedade (e do Poder Público) para a criação de atividades específicas dos interesses das juventudes.

Logo, mais uma vez cabe frisar que a articulação do CMPC, das Conferências e demais Conselhos, como o Conselho Municipal da Juventude (CMJ)¹⁹, por exemplo, por se tratar de um órgão responsável em atuar de forma decisiva na defesa dos direitos e interesses dos jovens do município, são relevantes instrumentos que representam a democratização, assim como a intersetorialidade das políticas zelando pelos interesses e direitos das juventudes na área artístico-cultural.

Consideramos importante realizar um adendo sobre o Conselho Municipal da Juventude de Ponta Grossa: no que tange ao tema da cultura, encontramos apenas breves menções na Lei de instituição do CMJ, como o item IV do artigo 2 que estabelece como objetivo a luta pela defesa da juventude e dos seus direitos, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à cultura etc., e também o item X, que traz como um propósito a mobilização das juventudes para a sua participação em

¹⁹ Atualmente inativo, o CMJ foi instituído pela Lei Ordinária nº 7.039 de 2002, e declara (artigo nº 2) como um de seus objetivos encaminhar aos canais competentes (órgãos públicos, empresas privadas, entidades civis junto ao Poder Público Municipal) as reivindicações e sugestões do segmento juvenil.

todas as esferas do governo visando garantir os anseios democráticos e acesso à cultura e demais políticas públicas (PONTA GROSSA, 2002).

O entrevistado 1, enquanto estratégia para o incentivo da participação dos jovens nas ações da FMC, trouxe:

“[...] Ano que vem [2022] a FLICAMPOS irá falar sobre poesia marginal, arte de rua, skate... vai acabar com o conceito de que a literatura é chata para o público jovem. Com rap, hip hop... integrando e mostrando que essa população produz literatura também e não precisa ser um pesquisador com doutorado para isso.” E1.

Chamou-nos bastante atenção a menção do E1 sobre a FLICAMPOS que ocorrerá este ano (segundo o site oficial da instituição, entre 5 a 8 de maio de 2022) e a abordagem sobre poesia marginal. Segundo Araújo (2018), a literatura marginalizada é um conceito que teve origem na proposta de Martin Lienhard, que pontua que as vozes dos povos marginalizados não se apagaram com o passar dos tempos, especialmente durante o processo de dominação da Europa na América e na África. Pelo contrário: eles utilizaram da escrita para fixar as suas experiências históricas particulares por meio de formas discursivas diferenciadas.

Ainda segundo a mesma autora, a literatura marginal engloba o processo de conscientização – e não somente dos poetas, mas também de seus leitores. Isto é: através da temática marginalidade, o eu lírico se quer e se apresenta marginal, que nasce da necessidade do poeta de assumir uma identidade como maneira de manifestação, com a consciência de sua condição e relatando suas vivências de modo crítico, em especial àqueles que se encontram na mesma situação social (ARAÚJO, 2018).

Logo, a poesia marginal pode ser considerada também como um instrumento artístico que contribui para uma análise crítica da realidade, assim como uma maneira de construção da identidade do poeta. Essa iniciativa da FMC por meio da FLICAMPOS é sem dúvidas meritória, considerando que o reconhecimento e divulgação destes trabalhos é mais uma forma de manifestar o poder de voz que projetos culturais podem fornecer, assim como já escreveu a jovem e poeta marginal Tawane Theodoro, da periferia da cidade de São Paulo: *“A poesia de nós sempre foi tirada / Ou melhor, mal era apresentada / E quando era sempre daquela forma eurocentrada / Não tinha como a gente se sentir representada / Era necessário muitas vezes até um dicionário pra gente entender / Não mostrava o nosso lado quebrada de viver / [...] Poesia marginal / Que me escolheu / Acolheu / E assim me*

surpreendeu / E me tornou tudo que eu queria... / Através da poesia / lhes apresento meu novo eu / A voz da periferia” (s.d.).

A poesia de Tawane Theodoro é uma outra da qual podemos inferir relacionando-a como um instrumento que oferece os meios de contribuição para a emancipação política. Pois, traz a análise crítica perante as artes mais eruditas, eurocênticas, da qual muitos não se sentem representados pelas mesmas. E, que podem encontrar em outras formas, como a poesia marginal, meios de protagonismo, voz, de direito de liberdade de expressão, de organização e afins. Assim como pontua Dayrell (2002), a imagem socialmente criada em relação aos jovens pobres da periferia (que geralmente são associados à violência) se desconstrói nesse momento quando eles se posicionam como produtores culturais.

Outra iniciativa para a participação das juventudes pode ser encontrada na fala do E3, que apontou como uma possibilidade os jovens se aproximarem das artes e músicas eruditas através daquilo que eles já gostam:

“[...] Uma das minhas ações é que eu instituí o curso de guitarra no Conservatório e bombou de inscrições. Isso é jóia! Mas às vezes o aluno está lá tocando guitarra e ouve na outra sala o clarinete, a flauta... ou escuta um recital de flauta, violino e fala ‘olha, eu gosto da guitarra mas quero fazer também a flauta, o violino...’. Então há maneiras de atrair o jovem de acordo com as coisas que ele já gosta... Outra criação minha é a Big Band, que toca um pouco de música MPB, jazz, música popular de qualidade... e a partir desses grupos nós pretendemos nos aproximar desse público.” E3.

A oportunização de espaços para que as juventudes ocupem esses meios e se expressem enquanto sujeitos através da arte e da cultura é muito importante. Além disso, se faz necessário estarmos atentos às manifestações juvenis que, conforme apontam autores como Mannheim ou Melucci apud Dayrell (2002), são consideradas como “a ponta de um iceberg” que visibilizam todas as contradições e tensões vivenciadas por esse segmento. E lembrando a pontuação de Chauí (2009), em que pese a definição de arte e cultura, estas podem ser vistas como uma instituição social, pois são determinadas pelas condições históricas e materiais de sua realização – tendo o mesmo efeito sobre as produções artísticas e culturais das juventudes.

Essa fundamentação de Dayrell vai ao encontro com o depoimento da entrevistada 2, que relaciona as perspectivas de expressão que ações

artístico-culturais proporcionam junto a este período de pandemia da covid-19 para as juventudes:

“[...] a pandemia nos trouxe questões internas que precisam ser trabalhadas, principalmente emocionais. [...] Penso que a construção artística possa vir a libertar, dar um momento de perspectiva para essa moçada... para que elas tenham um momento no aqui e no agora de poder se expressar, expressar todos os sentimentos, e sair da oficina [artística] com uma criatividade muito maior sobre suas questões cotidianas...” E2.

O que se observa a partir desse depoimento é a compreensão das artes como também um meio de se trabalhar nossas questões pessoais e emocionais, que tanto se avivaram com a pandemia – dado o período de isolamento e das incontáveis e desafortunadas perdas. As juventudes, como discutido anteriormente, são umas das que mais sentem os efeitos das expressões da questão social: desemprego, exclusão, violência, criminalização e outras; e é fato que esse período de crise sanitária escancarou as desigualdades sociais, bem como acentuou-as. Portanto, a fala da E2 coaduna com essa discussão anterior, e ela aponta a arte e a cultura como um caminho, quem sabe uma forma de acolhimento, aos jovens neste cenário tão instável e atônito: a construção artística e a libertação que ela propõe, abarcando consigo novas perspectivas e criatividade, representando a ponta do iceberg sobre as suas vivências permeadas de contradições.

O entrevistado 5, por sua vez, apontou um elemento que pode ser considerado também como um desafio enfrentado pela FMC no alcance ao segmento juvenil através de suas ações, pois, segundo ele, a dificuldade de atrair os jovens engloba também a baixa divulgação por parte do público das atividades desenvolvidas pela instituição:

“[...] o que acaba acontecendo é o pessoal dizer assim ‘eu conheço pessoas que não sabem dos eventos que estão acontecendo’, a pessoa sabe porque curtiu a página da Fundação... então será que o erro também não é nosso de compartilhar mais as notícias do que está acontecendo na Fundação? Nós precisamos ter o consumidor e se as pessoas que sabem lá, veem a notícia passar na timeline [linha do tempo] delas e é só dar um clique para compartilhar aquela notícia para furar a bolha dos amigos dela que não estão sabendo da programação... se as pessoas sabem e não fazem o erro está em nós.” E5.

Um dos principais recursos utilizados pelas redes sociais é denominado como algoritmo de inteligência artificial, que tem a função de selecionar os conteúdos a serem mostrados com base na identificação dos gostos e interesses dos usuários. De acordo com Gillespie apud Valente (2019), esses algoritmos são procedimentos codificados para transformar determinados dados em um resultado desejável pelo cliente da rede.

Dado isso, uma vez que o usuário tem seus interesses definidos com base na sua jornada na rede social, fica cada vez mais difícil inserir novos conteúdos em sua linha do tempo. Logo, podemos concluir que o depoimento do entrevistado 5 se coloca em harmonia com o dilema de que as redes sociais nos limitam a consumir apenas aqueles conteúdos em que estamos acostumados.

Uma primeira estratégia muito utilizada pelas marcas e instituições nas redes sociais para fazer com que o algoritmo saia desse ciclo vicioso (alcançando o mais variado tipo de público consumidor) é a utilização de anúncios. Já a segunda estratégia é a de entrar no ciclo vicioso identificando as tendências do momento e gerando novas publicações com base nelas, o que se dá através de investimentos no trabalho de um social media, que tem como função administrar as redes sociais de determinada marca, empresa ou instituição (criando a sua identidade e relacionando-se com os usuários).

Cabe pontuar que tanto a primeira quanto a segunda estratégia demandam investimentos por parte da entidade, o que vai de encontro com a discussão realizada no item 3.3.3 deste trabalho de que a cultura é um dos setores que menos recebe atenção e repasse de recursos por parte do Poder Público. Desta forma, vem a indagação: como proceder diante disso? Como atingir o alcance necessário?

Nesse sentido, o entrevistado 5 assinalou:

“[...] O que eu preciso mesmo é desse engajamento de pessoas que sabem que a arte e a cultura precisam chegar no jovem. Como chegar ao jovem se a pessoa não compartilha a notícia, não passa para frente? Então fica difícil não ter essa ajuda... o que a gente tenta fazer é jogar para a internet e esperar que as pessoas façam a parte delas. Se tivesse engajamento eu acho que conseguiria atingir muito mais jovens e muito mais pessoas para assistir espetáculos... [...]” E5.

Essa fala se mostra como uma alternativa viável para que se “quebre o algoritmo”, fazendo com que as publicações de eventos e atividades realizadas pela Fundação cheguem até as juventudes, atraindo-as e incentivando sua participação,

para além de ser uma forma de fortalecer o consumo da cultura local pelos jovens e demais segmentos.

O que se entende é que, considerando toda a discussão em relação aos algoritmos da internet e redes sociais realizada acima, o papel de divulgação em relação às ações que a FMC proporciona não cabe somente à própria instituição. É necessário e importante que as informações sejam passadas para frente, que se faça entender que as atividades não são destinadas a determinado público de determinada posição social, mas sim a todos. Isto é, vimos nos depoimentos dos sujeitos, que a Fundação tem por objetivo a democratização do acesso à arte e cultura, e isso também é feito através do engajamento nas redes sociais para a disseminação de suas ações, especialmente ao público juvenil.

Assim sendo, frisamos que o incentivo à participação e motivação dos jovens nas mais variadas atividades deve ser assegurado pelo Estado através da formulação de políticas públicas com programas, projetos e/ou ações para o segmento. Também, é entendendo a dimensão que a arte e a cultura proporcionam enquanto potenciais instrumentos emancipatórios para que as juventudes se expandam, se expressem, exerçam seu protagonismo com a participação social e política em todas as esferas.

Finalizamos esse último item de análise recapitulando a discussão em relação às rupturas moleculares com base na obra de Luiz (2011), articulando-as com as estratégias elaboradas pela FMC para a participação das juventudes e também com o compromisso em divulgar e repassar as informações das ações desenvolvidas pela instituição. Tendo em mente que essas rupturas se dão pela influência de novos modos de pensar e de atuar em coletividade, é muito significativo e relevante viabilizar os meios para que os jovens ocupem os espaços de arte e cultura levando em consideração as potencialidades que essas três categorias representam: a dimensão artístico-cultural para o pensamento crítico e de poder de expressão; e a dimensão de potencial transformador da realidade que as juventudes e movimentos juvenis englobam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma análise geral sobre o percurso de construção do presente trabalho, o primeiro ponto que aqui cabe destacar é a instrumentalização no conhecimento que esta pesquisa proporcionou. Aprendemos no decorrer da graduação que a prática investigativa não pode ser dissociada do fazer profissional, e esta monografia possibilitou a visão concreta da passagem transformadora do *desconhecimento* para o *conhecimento*.

Nesse período deparamo-nos com desafios que exigiram muita criatividade, flexibilidade, disciplina e organização para que fosse possível chegar até onde estamos. Principalmente, a resiliência com o período de pandemia da covid-19 e as suas repercussões em relação ao ensino remoto e isolamento social – assim como a construção e reconstrução do objeto de pesquisa –, que foram fatores em que se fez necessário frisar e lembrar do comprometimento do pesquisador em relação ao que está sendo investigado junto à magnitude da produção do conhecimento científico.

Para Mirian Goldenberg (2018), pesquisar também é uma forma de arte. O sujeito que pesquisa parte da curiosidade em aprender o que está ao seu redor e, com o processo de construção e produção do conhecimento crítico, propicia novas visões de mundo, além de abrir caminho para a mudança social considerando o alcance do seu estudo. Desta forma, aqui exercitamos um novo olhar perante o cenário que nos cerca.

Essa pesquisa também não seria possível sem os sujeitos participantes, que favoreceram de maneira muito significativa na sistematização de conhecimento de nosso estudo. Martinelli (1999) já pontuou que a metodologia qualitativa possui dimensão política e de *construção coletiva*, isto é, ela parte da realidade dos sujeitos, assim como deve retornar a eles de forma criativa e crítica.

A articulação dos depoimentos colhidos durante as entrevistas junto aos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e documental exigiu-nos sensibilidade, atenção e o duplo olhar para o mundo de significados presentes nas falas dos participantes, e essa se mostrou como uma das partes mais ricas do processo de construção da monografia. Neste momento de análise geral, torna-se nítido o quanto o presente estudo foi fundamental para a formação profissional da

acadêmica perante o olhar crítico com a realidade e entendimento da importância da prática investigativa.

Tivemos como uma das perguntas norteadoras desta pesquisa entender como se caracterizam os programas culturais e artísticos ofertados pela Fundação Municipal de Cultura, e vimos que a instituição tem como principal objetivo a descentralização e ressignificação da arte e da cultura no município através das suas ações. Além disso, articulando aos pressupostos teóricos, foi possível constatar que a oferta de atividades artísticas e culturais em grupo é uma maneira muito relevante de fortalecer o desenvolvimento do companheirismo, da sensação de pertencimento ao grupo e socialização aos seus participantes, assim como o desenvolvimento de habilidades nessa esfera.

O Comboio da Cultura (figura 5) é uma das ações que merece destaque dos objetivos de descentralização artístico-culturais, tal qual a menção ao processo pedagógico e de função educativa do trabalho realizado neste setor. Tão logo, em resposta à nossa indagação, as palavras-chave que se sobressaíram na caracterização dessas ações da FMC pelos sujeitos participantes foram: convivência; fomento; ressignificar; humanização; democratização; valorizar; vínculos; transformação e pedagógico – que coadunam com os princípios do pilar da emancipação do projeto de Modernidade fundamentado por Santos (2013).

Buscamos também, além de sistematizar fundamentos teóricos em relação à arte, cultura e juventudes, entender as narrativas dos entrevistados sobre essas categorias. Uma das conclusões é que o conceito arte e cultura são muito amplos, mas que podem abranger uma natureza transformadora, especialmente considerando a dimensão tríplice da cultura: cria condições para a vida política; é condição para a cidadania pensada como inclusão e pertencimento; e é também geradora de renda.

A relação feita entre juventudes e cultura pelos sujeitos da pesquisa nos fez analisar o encadeamento entre mundo globalizado e suas vicissitudes na vida do público juvenil, que entre eles está o possível afastamento das práticas de arte e cultura dado esse período fragmentado, rápido e de predominância de políticas de ideário neoliberal. Contudo, sabemos que os efeitos da globalização e da internet também possuem seus proveitos: eles possibilitam um maior alastramento da cultura entre os jovens e o contato com outros grupos artísticos; portanto, esses

espaços cibernéticos de comunicação também podem gerar eficientes mudanças no mundo artístico e cultural das juventudes.

Entender os desafios do trabalho com a cultura a partir das entrevistas nos fez refletir sobre o completo descaso por parte do Poder Público com o setor cultural brasileiro. A baixa valorização, baixos orçamentos e os cortes de verba foram os elementos que se sobreluziram nos depoimentos colhidos e, com a realização da linha do tempo da área das políticas de cultura no país, observamos de maneira concreta que isso se trata de um fenômeno histórico e estrutural. O artístico-cultural no Brasil sempre foi deixado em segundo (ou quem sabe último) plano.

Um outro elemento que respondeu às nossas indagações iniciais foi constatar que não havia nenhuma ação voltada especificamente para o público jovem na Fundação. Em contrapartida, observamos que ações têm sido feitas e planejadas para o incentivo e motivação da participação destes, o que se mostrou de forma significativa. Conforme pontuado anteriormente, tais estratégias de estímulo às juventudes possuem dimensão considerando o quanto esses indivíduos ainda podem prosperar quando são motivados.

Essa categoria analítica nos fez reforçar a importância e dever do Estado na formulação de políticas públicas culturais para as juventudes. É uma responsabilidade da qual o Poder Público não pode se isentar, assim como um direito assegurado pelo Estatuto da Juventude e que se efetiva através da articulação das Conferências Municipais de Cultura, dos Conselhos e também da presença das juventudes nesses espaços, fortalecendo a democratização do setor cultural, assim como zelando e reconhecendo a realidade, necessidades e potencialidades dos jovens.

Através das entrevistas também pudemos entender e refletir sobre a ampliação das perspectivas de trabalho da FMC, que reforçaram a característica progressista da instituição. As falas revelaram riqueza nas expectativas dos entrevistados, que se sintonizam com os pressupostos aqui pontuados em relação ao caráter transformador que ações, programas ou projetos artístico-culturais podem carregar. Certamente, são elementos que se aproximam do aspecto da emancipação.

Todos esses pontos nos trouxeram ao remate do presente trabalho de que a arte e a cultura são indissociáveis do cenário em que estamos inseridos, carregando consigo a possibilidade de abrir o caminho para o pensamento crítico e em

alinhamento aos processos de mudança social. Elas trazem poder de voz, expressão e protagonismo, além de promoverem a convivência e o vínculo entre os indivíduos.

Assim como destacou o filósofo marxista Gramsci apud Monasta (2010), com a cultura compreendemos nosso valor histórico, nossa função, nossos direitos e nossos deveres. Logo, as ações promovidas pela Fundação Municipal de Cultura em Ponta Grossa/PR podem ser consideradas enquanto ponderosos instrumentos para a interpretação da realidade e para o impulsionamento à sua mudança, partindo do entendimento de que essas ações têm como fundamentos a democratização, ressignificação e a transformação.

Em vista disso, as juventudes – enquanto potenciais agentes propulsores de movimentos sociais, de luta e resistência – articuladas à cultura e à arte em uma perspectiva crítica, caracterizam a revolução processual que engloba o transcurso da ruptura molecular aqui discutida, visto como uma fase de intermédio que visa chegar ao objetivo maior: a emancipação política.

Frisamos, portanto, a magnitude de se reconhecer as inúmeras potencialidades que as juventudes carregam e podem carregar, mesmo com elas inseridas em um cenário em que são desvalorizadas, marginalizadas e estigmatizadas. A formulação de políticas públicas culturais para os jovens é de suma importância, assim como valorizar as expressões juvenis que provêm através da arte e da cultura. E mais do que isso, é imprescindível que se desconstrua a imagem de que aquilo que é cultural não possui relevância. É necessário agir com vistas a romper o ciclo que se perpetua há décadas na sociedade brasileira de desvalorização da arte e da cultura.

A mudança social não acontece do dia para a noite. Ela ocorre através de pequenos passos, que em um movimento de totalidade resultam na ruptura molecular (GRAMSCI, 1989 apud LUIZ, 2011). Com isso mente, subscrevemos neste estudo de que arte e cultura podem ser libertadoras, símbolos de resistência e de bandeiras de luta, e que são capazes de instruir criticamente as juventudes enquanto instrumentos emancipatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. C. R. Desigualdades do consumo cultural: preferências ou oportunidades? Análise dos gastos domiciliares no Brasil metropolitano. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ALMEIDA PRADO, A. C. S. Trabalho e cultura para jovens artistas: mainstream ou resistência? **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

ARAÚJO, A. H. S. Música em projetos socioassistenciais governamentais: práticas e concepções culturais no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Natal/RN. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

ARAÚJO, J. F. M. Juventude e produção literária: um estudo sobre poesia falada nas periferias paulistanas. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

AQUINO, L. A juventude como foco das políticas públicas. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. CASTRO, JORGE ABRAHÃO; AQUINO, LUSENI MARIA; ANDRADE, CARLA COELHO (org). Brasília: Ipea, 2009.

BARBALHO, A. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**: Maranhão, 2018.

BARBOSA, F.; ARAÚJO, H. Juventude e cultura. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho (org). Brasília: Ipea, 2009.

BARREIRO, R. G.; MALFITANO, A. P. S. Política brasileira para a juventude: a proposta dos Centros da Juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 2017.

BARROS, J. M. CULTURA, MUDANÇA E TRANSFORMAÇÃO: A DIVERSIDADE CULTURAL E OS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO. In: **III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, Bahia: 2007.

BEZERRA, M. F. O fomento à cultura e as leis de incentivo fiscal. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BORG, G. A. M. A caracterização das organizações de juventude de Irati-PR. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

BORON, A. **O socialismo no século 21**: há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BRANT, D.; URIBE, G. **Em ofensiva contra Ancine, Bolsonaro corta 43% de fundo do audiovisual**. Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/em-ofensiva-contrancine-bolsonaro-corta-43-de-fundo-do-audiovisual.shtml>. Acesso em 30 jan 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5520.htm> Acesso em 28 jul 2021.

BRASIL. **Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm> Acesso em 28 jul 2021.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em 11 jul 2021.

BRASIL. **Lei de Incentivo à Cultura**. S.D.A. Disponível em: <<http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/o-que-e/>> Acesso em 22 out 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura. **Histórico: Sistema Nacional de Cultura**. S.D. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>> Acesso em 28 jul 2021.

BRASIL. **Organograma Ministério do Turismo**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organograma>> Acesso em 19 out 2021.

CALABRE, L. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: **Políticas culturais no governo Dilma**. RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (org). Salvador: EDUFBA, 2015.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Brasília, p. 179-191, jul./dez. 2013.

CASTRO, J. P. M. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública**. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

CHAVEIRO, S. As práticas de arte como indutoras de ações pedagógicas. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: Goiânia, 2018.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

COLI, J. **O que é arte**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COSTA, A. C. 1994. Uma forma de protagonismo juvenil. **Dois Pontos: Teoria e Prática em Educação**, 1994.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2002.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. **Jovens no Brasil**: Dífceis travessias de fim de século e promessas de outro mundo. 2003. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf>. Acesso em: 22 ago 2021.

DE PAULA, N. et al. Políticas Públicas culturais: análise das pautas sobre cultura no jornal Folha de São Paulo e o impacto da visão bolsonarista na área cultural. 2020. [artigo em construção].

DIAZ, L. **Como sambas clássicos refletem questões sociais e políticas do Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/dica-cultural/como-sambas-classicos-refletem-questoes-sociais-e-politicas-do-brasil/>> Acesso em 02 jan 2021.

DICIONÁRIO LAROUSSE. **Larousse da Língua Portuguesa**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

FERNANDES, S. Narrativas institucionais e juvenis a partir da JMJ: emergências de afeto e cultura midiática no catolicismo. **Estudos de Religião**, v. 31, maio-ago. 2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA. **Eventos**. Disponível em: <<https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/>> Acesso em 25 set 2021.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTA GROSSA. **Projetos**. Disponível em: <<https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/>> Acesso em 25 set 2021.

FUSER, B.; REZENDE, A. C. Conselho Municipal de Cultura como instrumento de democratização cultural. **Extraprensa**: São Paulo, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2008.

GONZALES, L. T. V.; MARIZ, C. L. Jornada Mundial da Juventude Rio 2013: ressignificando espaços da cidade e identidades religiosas. **Religião & Sociedade**, Dossiê Religião na Paisagem, 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GOMES, V. I. C. **A participação dos jovens nas Jornadas de Junho de 2013 e o papel das redes sociais**: um estudo de caso em sala de aula. Universidade Estadual de Londrina, 2014.

GOULART, M. V. S.; SANTOS, N. I. S. **Protagonismo juvenil e capital humano**: uma análise da participação política da juventude no Brasil. Vale do Rio do Sinos: Ciências Sociais, 2014.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUAGLIANONE, D. **Entenda por que a meia-entrada é um direito importante, não só para o cinema**. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, 2020.

Disponível em:

<<https://ubes.org.br/2020/entenda-por-que-a-meia-entrada-e-um-direito-importante-nao-so-para-o-cinema/>> Acesso em 30 jan 2022.

IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da juventude**, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 225-242.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cultura viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cultura_viva.pdf> Acesso em 27 ago 2021.

KRUSE, B. C. **Direito à cultura no século XXI**: percalços e desafios interdisciplinares. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2021. 232 p., Edição do Kindle.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 15 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

LIMA, A. B. M. **Ensaio sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty / Antonio Balbino Marçal Lima (org). – Ilhéus, BA: Editus, 2014. 126 p.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

LUCENA, C. D. O fenômeno da ideologia e a criminalidade infantojuvenil. **Rev. Katálisis**: Florianópolis, 2016.

MARIZ, C.; MESQUITA, W.; ARAÚJO, M. P. Jovens católicos brasileiros: presentes e ativos em sua igreja. **INTERSEÇÕES** [Rio de Janeiro] v. 20 n. 2, p. 412-431, dez. 2018.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, A. M. S. **Cultura e transformação social**: Gramsci, Thompson e Williams. Angela Maria Souza Martins, Lúcia Maria Wanderley Neves (org). 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

- MARX, K. **A questão judaica**. S.D. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf> Acesso em 7 jul 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**: Estocolmo, 1996.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOURA, E. **Cultura perde metade de seu orçamento federal na última década e segue em queda**. Folha de S. Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/cultura-perde-metade-de-seu-orcamento-federal-na-ultima-decada-e-segue-em-queda.shtml#:~:text=Em%20dez%20anos%2C%20o%20or%C3%A7amento,federal%20caiu%20quase%20pela%20metade.&text=J%C3%A1%20neste%202021%2C%20quando%20a,R%24%201%2C77%20bilh%C3%A3o.>> Acesso em 26 jan 2022.
- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A.; MENDONÇA, S. R. **Capital Cultural**. S.D. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capcul.html>> Acesso em 16 nov 2021.
- OLIVEIRA, G. T. S. B. Impacto do governo Bolsonaro na indústria cinematográfica brasileira: um estudo de caso. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso**, Colégio São Luís, São Paulo.
- OLIVEIRA, JR. C. et al. Pesquisa exploratória: concepção e percurso metodológico. In: **Pesquisa em Ciências Sociais**: interfaces, debates e metodologias. BOURGUIGNON, Jussara Ayres. OLIVEIRA, Constantino Ribeiro de. (org). Ponta Grossa: Todapalavra, 2012.
- OLIVEIRA, R. D. O samba como resistência cultural e luta política nos “anos de chumbo”. In: **Anais do XXIX Simpósio de História Nacional - Contra os preconceitos: História e Democracia**. 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488761777_ARQUIVO_TextoCompletoXXIXSimposioHistoria2017.pdf> Acesso em 02 jan 2021.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165. 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>> Acesso em 22 ago 2021.

PARANÁ. Lei 19.848 de 3 de maio de 2019. **Dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.**

Disponível em:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=219774&indice=1&totalRegistros=1&dt=20.4.2021.8.34.3.635>> Acesso em 25 set 2021.

PARANÁ. Lei 17.043 de 30 de dezembro de 2011. **Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura - FEC e adota outras providências.** Disponível em:

<https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/lei_n.17043_2011_0.pdf> Acesso em 22 out 2021.

PARANÁ. Lei 20.197 de 29 de abril de 2020. **Institui o Sistema Estadual de Cultura no âmbito do Estado do Paraná.** Disponível em:

<<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20197-2020-parana-institui-o-sistema-estadual-de-cultura-no-ambito-do-estado-do-parana>> Acesso em 25 set 2021.

PARANÁ. Lei 19.063 de 23 de janeiro de 2012. **Institui o Conselho Estadual de Cultura - CONSEC e adota outras providências.** Disponível em:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=64160&indice=1&totalRegistros=1&dt=23.6.2019.9.20.8.566>> Acesso em 25 set de 2021.

PARANÁ. Lei 19.135 de 27 de setembro de 2017. **Institui o Plano Estadual de Cultura do Paraná.** Disponível em:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=182486&indice=1&totalRegistros=1&dt=25.6.2019.9.43.14.67>> Acesso em 25 set de 2021.

PARANÁ. Resolução nº 48/2021-SECC. **Torna pública a terceira edição do Programa de Incentivo - Paraná Cultural, no exercício de 2021, para a execução em 2021 e 2022.** 2021. Disponível em:

<https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/resolucao_048.2021_secc.pdf> Acesso em 22 out 2021.

PARANÁ. Secretaria da Comunicação Social e da Cultura. **Apresentação.** S.D.

Disponível em: <<https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>> Acesso em 25 set 2021.

PARANÁ. **Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA.**

S.D.A. Disponível em:

<<https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Estadual-do-Patrimonio-Historico-e-Artistico-CEPHA>> Acesso em 25 set 2021.

PARANÁ. **Plano Estadual de Cultura PEC-PR.** S.D.B. Disponível em:

<<https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Plano-Estadual-de-Cultura-PEC-PR>> Acesso em 25 set 2021.

PARANÁ. **Programa de Capacitação e Formação em Cultura.** S.D.C. Disponível em:

<<https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Programa-de-Capitacao-e-Formacao-em-Cultura>> Acesso em 22 out 2021.

PARANÁ. **Cotidiano Leitor: a leitura nas cidades**. S.D.D. Disponível em: <<https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Cotidiano-Leitor-leitura-nas-cidades>> Acesso em 22 out 2021.

PEREIRA, M. V.; LACERDA, M. P. C. Juventudes: notas para reflexões. **Rev. Educação em foco**: Juiz de Fora, 2012.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. **Meta 47: 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural com diretrizes, ações e metas voltadas para a infância e juventude**. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/47/>> Acesso em 28 ago 2021

PONTA GROSSA. Decreto 6.742 de 2013. **Institui a Fundação Municipal de Cultura e disciplina o seu regimento interno**. 2013b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2013/674/6742/decreto-n-6742-2013-institui-a-fundacao-municipal-de-cultura-e-disciplina-o-seu-regimento-interno-2013-03-22>> Acesso em 31 ago 2021.

PONTA GROSSA. Lei nº 7.039 de 2002. **Cria o Conselho Municipal da Juventude, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2002/703/7039/lei-ordinaria-n-7039-2002-cria-o-conselho-municipal-da-juventude-e-da-outras-providencias>> Acesso em 06 mar 2022.

PONTA GROSSA. Lei nº 10.718 de 2011. **Dispõe sobre o Conselho Municipal de Política Cultural e Fundo Municipal de Cultura, e dá outras providências**. 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2011/1071/10718/lei-ordinaria-n-10718-2011-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-de-politica-cultural-e-fundo-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>> Acesso em 5 set 2021.

PONTA GROSSA. Lei nº 11.048 de 2012. **Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Ponta Grossa, e dá outras providências**. 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2012/1105/11048/lei-ordinaria-n-11048-2012-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-cultura-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias?q=11048>> Acesso em 3 set 2021.

PONTA GROSSA. Lei nº 11.219 de 2013. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Municipal de Cultura**. 2013a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2013/1121/11219/lei-ordinaria-n-11219-2013-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-fundacao-municipal-de-cultura>> Acesso em 31 ago 2021.

PONTA GROSSA. Lei nº 13.026 de 2017. **Institui o Plano Municipal de Cultura de Ponta Grossa, e dá outras providências**. 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2017/1302/13026/lei-ordinaria-n-13026-2017-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-ponta-grossa-e-da-outras-providencias>> Acesso em 5 set 2021.

PONTA GROSSA. **Relatório da 20ª Conferência Municipal de Cultura**. 2019.

Disponível em:

<<https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/RELATORIO-20a-CONFERENCIA-DE-CULTURA-2019.pdf>> Acesso em 5 set 2021.

PONTA GROSSA. **Censo cultural 2020**. Disponível em:

<<https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Censo-Cultural-2020-Dados-compilados.pdf>> Acesso em 25 set 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Cultura**. 2021. Disponível em:

<<https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/13-cultura?ano=2021>> Acesso em 25 set 2021.

REVISTA MUSEU. **Paraná institui Sistema Estadual de Cultura**. 2020. Disponível em:

<<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/8466-09-05-2020-parana-institui-sistema-estadual-de-cultura.html>> Acesso em 25 set de 2021.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antonio (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, A. A. C. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. In: RUBIM, Antonio; TAVARES, Márcio (org). **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30 ed. São Paulo: Editora Record, 2000.

SCHERER, G. A. **Serviço Social e Arte: Juventudes e Direitos Humanos em Cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SERAFINI, T. S.; DEITOS, N. J. **O Materialismo Histórico Dialético e o Ensino da Arte na Educação Básica**. UNIOESTE, 2008.

SOARES, R. Juventude, juventudes: construção da política municipal para jovens de São Lourenço - MG. 2012. 90 p. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

SORANO, V. **Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo**. G1, 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>> Acesso em 28 ago 2021.

SOUSA, N. J. Globalização, tecnologia e mídias: elementos constituintes do estar-junto juvenil na contemporaneidade. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOUZA, C. Z. V. **Juventude e contemporaneidade**: possibilidades e limites. Cidpa Viña del Mar: Última década nº 20, 2004.

SOUZA, V. A. **O uso de semióforos para o forjamento da nação**. São Paulo: Contemporânea, 2005.

SOUZA, V. Cidadania cultural: entre a democratização da cultura e a democracia cultural. **PRAGmatizes - Revista Latinoamericana de Estudos em Cultura**. 2018.

TEODORO, R. **Secretaria da Cultura: qual sua função?** Politize, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/secretaria-da-cultura/>> Acesso em 28 ago 2021.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, J. C. L. Algoritmos e Sites de Redes Sociais: uma discussão crítica sobre o caso do Facebook. **Revista Pós** - Número 2, Volume 14, 2019.